MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

RELATÓRIO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Salvador
4ºTrimestre-2020

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Luzia Matos Mota

PRO REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Fábio Lemos Mota

DIRETORIA DE GESTÃO CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
Maria Aparecida Costa Ribeiro

Chefe do Departamento de Contabilidade
Meiryvaldo de Jesus Castro

Chefe do Departamento Orçamentário
Pericles Vasconcelos Flores

Chefe do Departamento Financeiro
Tiago Figueiredo Ferreira

Equipe Técnica
Elaboração das Demonstrações Contábeis
Egmara Sales da Silva Souza
Clarisse do Carmo Santos
Silvana Vieira França
Caio Matheus Ferreira S. Souza
Érica Celice Gomes de Oliveira
Tatiane Azevedo Spinola
Renildo Moreira Faleta

Sumário

Lista de Siglas.....04
Lista de Tabela..... 06
Apresentação 08
Declaração do Contador 10
Demonstrações Contábeis Consolidadas 17
Balanço Patrimonial 17
Demonstração das Variações Patrimoniais 18
Balanço Orçamentário 19
Balanço Financeiro 23
Demonstração dos Fluxos de Caixa 24
Notas Explicativas 25
1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis 25
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis 26
3 - Caixa e Equivalentes de Caixa..... 28
4 – Demais Crédito de Curto Prazo..... 29
5 – Estoque..... 30
6 – VPDS Pagas Antecipadamente – CP..... 31
7 – Imobilizado (Bens Móveis)..... 32
8 – Imobilizado (Bens Imóveis)..... 32
9 - Imobilizado (Depreciação, Exautão e Amortiz acumulada de bens imóveis)..... 33
10 -Intangível 34
11 –Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar – CP..... 34
12 - Fornecedores e Contas a Pagar 34
13 – Demais Obrigações de Curto Prazo – CP 36
14 – Obrigações Contratuais – CP 38
15 – Resultado do Exercício..... 38
16 – Ajuste de Exercício Anteriores 38
17 - Resultado Patrimonial 39
18 - Resultado Orçamentário 44
19 - Resultado Financeiro 51
20 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa 53

Glossário **57**

Lista de Siglas

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BGU	Balanço Geral da União
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União
CEFET-BA	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CGU	Controladoria Geral da União
CP	Curto Prazo
CTU	Conta Única
DARF	Documento de Arrecadação Federal
DCON	Demonstrações Contábeis Consolidadas da União
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNASA	Fundo Nacional de Saúde
GPS	Guia da Previdência Social
IF	Instituto Federal
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LP	Longo Prazo
LTDA	Limitada
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MPDG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MSG	Mensagem por meio do SIAFI

NE	Nota Explicativa
NS	Nota de Sistema
OB	Ordem Bancária
OFSS	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tomada de Contas Especial
TED	Termo de Execução Descentralizada
UFBA	Universidade Federal da Bahia
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

NE	Nota Explicativa
NS	Nota de Sistema
OB	Ordem Bancária
OFSS	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tomada de Contas Especial
TED	Termo de Execução Descentralizada
UFBA	Universidade Federal da Bahia
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

Lista de Tabela

Tabela 1 Demais Créditos de Curto Prazo Composição 29
Tabela 2 Estoque – Composição 30
Tabela 3 VPD Pagas Antecipadamente – CP – Composição 31
Tabela 4 Bens Móveis Composição 32
Tabela 5 Bens Imóveis Composição 33
Tabela 6 Obrigações Trabalhistas Composição 34
Tabela 7 Fornecedores e Contas a Pagar Composição 35
Tabela 8 Fornecedores e Contas a Pagar Por Órgão Contratante 36
Tabela 9 Demais Obrigações de curto prazo – Composição 36
Tabela 10 Ajuste de Exercício Anterior por Órgão 38
Tabela 11 Variação Patrimonial Aumentativa X Variação Patrimonial Diminutiva 39
Tabela 12 Variação Patrimonial Aumentativa – Não Financeira 40
Tabela 13 Desempenho Financeiro apurado na DVP 41
Tabela 14 Variação do Desempenho Financeiro Dezembro 2020 x Dezembro 2019 41
Tabela 15 DVP sem o efeito das VPA e VPD Financeira 42
Tabela 16 Receitas Correntes Realizadas Composição 45
Tabela 17 Despesas Empenhadas Composição 47
Tabela 18 Despesas Correntes Composição 47
Tabela 19 Despesas de Capital Composição 48
Tabela 20 Restos a Pagar Processados e não Processados 49
Tabela 21 Composição dos Restos a Pagar não processados por UG 50
Tabela 22 Composição dos Restos a Pagar não processados por Fornecedor 50
Tabela 23 Resultado Financeiro 51
Tabela 24 Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa Formação 53
Tabela 25 Fluxo de caixa das Atividades Operacionais 54

Apresentação

As Demonstrações Contábeis (DCON) são relatórios elaborados com base na escrituração contábil, estruturado para representar a composição patrimonial e de desempenho da entidade, tendo por objetivo fornecer informação útil a um grande número de usuário em suas avaliações e tomada de decisão, bem como apresentar o resultado da atuação da administração na gestão econômica quanto aos recursos que lhe foi confiado[1], sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), bem como nas respectivas Notas Explicativas.

A partir do quarto trimestre do período em análise, passou a ser exigida na composição do relatório contábil de encerramento de exercício, pela macrofunção 020318, item 8.1.1.9, a Declaração Anual do Contador, em conformidade com a macrofunção 020315, como primeira peça do relatório, a fim de alertar previamente ao leitor sobre as informações que por ele serão analisadas. Nela consta o que se consegue evidenciar, em termo de conformidade com a norma, à nível de órgão, sendo fundamentada pela confirmação de declaração de cada unidade, nas especificidades inerente as mesmas.

No presente relatório, estão evidenciadas as DCON de 31 de dezembro de 2020. Embora não sejam exigidas pela legislação brasileira vigente, a divulgação trimestral das DCON representa um instrumento de transparência do Governo Federal. No quarto trimestre de 2020, as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital) perfizeram aproximadamente R$ 164,39 mil, representando uma redução nominal de -86,16% em relação ao mesmo período de 2019, em função do contexto de pandemia na saúde pública que resultou na suspensão das atividades presenciais de ensino.

A relação entre a arrecadação e a previsão dessas receitas orçamentárias em 31 de dezembro de 2020 ficou em 12,12% dos esforços despendido para a sua obtenção, evidenciando uma piora de -87,88%, caracterizada de forma gradual ao longo dos trimestres se comparado com a expectativa linear desse indicador para todo o exercício. A exigência de reestimativa da receita para ponderar frustração de arrecadação, conforme orientação MSG/MEC: 20200592820, ocorreu com redução de -44,14% da dotação atual prevista para o exercício na fonte própria e sua previsão permaneceu evidenciada em decorrência de solicitação de utilização de saldo de superávit financeiro de exercício anterior.

Estima-se como superavit financeiro gerado pelas fontes próprias, as quais correspondem a arrecadação de receitas geradas pelo órgão, para o exercício de 2021, considerando o saldo em caixa e o montante de despesas a executar o valor aproximado de 0,60 milhões que comparado ao exercício de 2019 teve uma redução de -49,54%.

Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital), tanto as empenhadas quanto as despesas pagas tiveram variações nominais negativas de -1,71% e -1,79%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2019, totalizando R$ 623,92 milhões e R$ 550,88 milhões, em decorrência da redução das despesas de funcionamento institucional, grupo outras despesas correntes. Pontua-se que 2,38% da execução da despesa do exercício, destinaram-se às ações de enfrentamento à COVID-19, o equivalente a R$ 14,88 milhões, conforme relatório extraído do SIOP, dentre as quais 93,73% foram pagas. O saldo que remanesce (6,27%) poderão ser utilizado no exercício subsequente em restos a pagar, considerando as condições estabelecidas pelo Decreto 10.579/20, haja vista o fim da vigência do estado de calamidade pública e consequente extinção do orçamento de guerra previsto na EC 106/20 ao término do exercício.

O resultado patrimonial apurado no quarto trimestre de 2020 foi positivo em R$ 3,8 milhões, apresentando um superavit nominal em -103,99%, evidenciando uma melhora em comparação ao último exercício,

quando o resultado naquele período foi deficitário em R$ -95,77 milhões. Dentre as principais causas, destaca-se a redução da incorporação de passivo dos créditos de execução descentralizada – TED no período, em relação ao exercício anterior e a diminuição das despesas do funcionamento institucional, sobretudo dos serviços de contratos continuados. Ressalta-se que o resultado patrimonial deve ser analisado com cautela, pois ainda estão ocorrendo alterações oriundas da adoção do regime de competência, em convergência às normas internacionais de contabilidade do setor público, e não há uma tendência consolidada para o resultado patrimonial.

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 evidencia um saldo positivo de R$ 419,10 milhões. Em comparação com o valor do exercício encerrado em 2019, que foi de R$ 416,99 milhões, houve um aumento nominal de 0,51% na situação líquida. O principal item que contribuiu para esta variação foi a redução de incorporação de passivo de termos de execução descentralizada e, sobretudo, a redução das despesas de serviços de manutenção.

No período em análise, o passivo exigível do IFBA alcançou R$ 170,58 milhões, 70,51% corresponde a passivos incorporados de TED pendente de execução e conclusão de prestação de contas e 28,99% se referem a obrigações trabalhistas do mês de dezembro e provisionamento de férias a vencer. Os recursos de terceiros representa 28,93% do Patrimônio do órgão, representando um aumento de 0,92% em relação ao exercício de 2019, quando o passivo exigível daquele período alcançou R$ 162,23 milhões, o equivalendo a 28% do total do ativo.

O resultado financeiro, apurado na Demonstração do Fluxo de Caixa, apresentou, em 31 de dezembro de 2020,uma diminuição de -111,72%, evidenciando uma piora no déficit nominal em comparação com o mesmo período do ano anterior, quando indicou uma geração liquida de caixa positiva em R$ 2,61 milhões.
A seguir, são apresentadas as DCON, incluindo as respectivas Notas Explicativas.

Declaração Anual do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315– Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

◆Balanço Patrimonial

Créditos a Receber por Cessão e Pessoal

- UG: 158145 – Reitoria

a) Os créditos passiveis de recebimento, no montante de R$ 633,05 mil, estão em processo de avaliação e análise para a classificação em curto e longo prazo, nele se verifica, saldo alongado, não movimentado, acima de vários exercícios, ocasionando dúvidas se representa um crédito de efetivo ingresso ao órgão e, considerando o princípio da prudência, têm havido comunicado com a Diretoria de Gestão de Pessoal - DGP, para que seja fornecido informação sobre o saldo atualizado dos créditos recebidos, por órgão e servidor cedido, de modo a viabilizar procedimento de baixa dos créditos não realizáveis (pois já realizados) ou registro de crédito não encaminhado, para a evidencia da posição patrimonial. Para este fim, houve, através de processo SEI, solicitação de informações que permita fazer a atualização e o registro de forma fidedigna.

Demais Créditos a Receber

- Gestão: 26427 – Órgão

Não há rotina orientativa que permita afirmar, a partir de relatório consolidado até o final de um período, emitido pela Diretoria de Gestão de Pessoal, quanto aos direitos de adiantamentos de salários, 13º e férias concedidos pelo Órgão, registrado no sistema daquela Diretoria, que permita conciliar com os saldos histórico do registro contábil, para a aferição da realidade do órgão. Os saldos constante no grupo são constituídos a partir de rotina de registro operacional, periódicos, com base em relatório mensal, e lançamento patrimonial, nos termos da macrofunção 021142, sem a evidencia de relatório gerencial, anual, para atesto dos saldos históricos, sobretudo em relação a adiantamento de férias.

Adiantamento de Termo de execução descentralizada

- UG: 158145 – Reitoria

b) Os termos de execução descentralizada referem-se a parcelas de recursos transferidos a outro órgão para favorecer capacitação, em especial de mestrado e doutorado, no montante de R$ 720,26 mil. Os mesmos estão em processo de avaliação e análise para a classificação em curto e longo prazo. Nele se verifica, saldo alongado, com suspeição de execução acima do curto prazo, cujo registro permanece nesse grupo por ausência de informação do período de conclusão do termo, bem como dos aditivos de prazo estabelecidos.

Despesas pagas Antecipadamente

- Gestão: 26427 – Órgão

a) Ausência de evidencia de adoção de procedimento de apropriação da despesa de VPDs pagas antecipadamente evidenciado em alguns campi. Todos os anos em reunião de encerramento de exercício financeiro são realizadas orientações sobre a necessidade de reconhecimento da despesa nos períodos de competência, contudo, observa-se adoção de apenas algumas unidades.

Estoque: Almoxarifado

- Gestão: 26427 – Órgão

a) Evidencias de saldo alongado por mais de um exercício em alguns Campi no grupo estoque, alguns dos quais sem a devida avaliação das saídas, por mais de dois exercícios e, consequentemente, sem refletir a realidade patrimonial de algumas unidades. Apesar de orientações em encerramento de exercício financeiro sobre a necessidade de análise e controle para possíveis ajustes dos saldos, verifica-se dificuldade de realização conclusiva de inventários por comissão de servidores, em decorrência de ausência de formação dos mesmos pelas unidades, bem como ausência de informação para a conciliação de dados entre sistema de registro. Em 2020, o contexto social de suspensão das atividades presenciais para a garantia do isolamento social, como enfrentamento à pandemia da COVID-19, constitui um dos fatores de ausência de inventário e permanência da situação. Também não tem sido evidenciado registro de perda estimada, em função de ausência de procedimento padronizado a ser constituído após a implementação do SIADS.

b) Com a implantação do SIADS nos Campi, a partir do exercício de 2021, com o registro dos saldos iniciais haverá uma tendência de adequação do saldo das contas.

c) Também se verifica a não adoção do método de avaliação do estoque previsto no MCASP, a partir da média ponderada móvel nas saídas. O mesmo será adequado por ocasião da implantação efetiva do novo sistema.

- UG 158404 – Barreira; 158589 – Irecê

a) Ausência de rotina de ajuste contábil em estoque, conciliado com a posição física existente por falta de informação concedida pelo setor de Patrimônio e/ou sistema informatizado, bem como da realização de inventários ao final do exercício que favorecesse a posição do estoque final do grupo.

- UG 158410 – Eunápolis; 156059 - Brumado

b) Identificação de saldo em estoque inexistente, por consumo e, por isso, não movimentado por mais de um exercício a serem baixado em 2021. Ausência de orientação para o registro histórico do almoxarifado da unidade.

Bens móveis

- Gestão: 26427 – Órgão

a) Inadequação de registro contábil nas unidades gestoras em que se localiza os bens de uso, por centralização de execução orçamentária, superavaliação da posição patrimonial dos moveis em uma unidade gestora, em detrimento de subavaliação em outra, não refletindo a posição financeira e patrimonial efetiva dos bens de uso nas localidades em que se encontram situados, por unidade gestora, corroborando com a não observância do princípio da entidade. Ausência de procedimentos orientativos das transferências/doações de bens entre unidades, haja vista a solicitação de colocação de bens em trânsitos, sem a ocorrência da efetiva saída dos bens da unidade de origem.

- UG: 158145 – Reitoria

a) Mensuração dos moveis não reflete a realidade física da unidade, por conter bens de propriedade e controle de outra UG, situados em outras localidades, ocasionando superavaliação da posição patrimonial.

- UG 158403 – Camaçari; 158404 – Barreira; 158405 – Valença; 158410 – Eunápolis; 158409 – Vitoria da Conquista; 158411 – Salvador; 158585 – Paulo Afonso;158587; 158588 – Jequié; 158589 – Irecê; 158590 – Feira de Santana; Ilhéus;158591 – Seabra; 158592 – Jacobina; 156061 – Juazeiro; 156060 – SAJ; 156059 – Brumado.

a) Evidencia de divergência entre estoque físico e contábil e/ou ausência de inventário para o período que permitisse afirmar a fidedignidade do registro e consequente situação patrimonial do bens móveis do período, bem como ausência de procedimento de descentralização dos saldos histórico das novas unidades pela Reitoria e Vitoria da Conquista.

- UG 158145 – Reitoria; 158585 – Paulo Afonso; 158587 – Ilhéus; 158591 – Seabra

a) Evidencia de divergência da posição financeira de acervo bibliográfico quanto ao registro contábil (subavaliado) e as informações apresentadas pelo Departamento de Patrimônio em conjunto com a Biblioteca da unidade. Constatação de saldo financeiro de acervo bibliográfico de vários campi na Reitoria a ser transferido.

Bens Imóveis

- Gestão: 26427 – Órgão

a) Constatação de valores de obras concluídas na conta de obras em andamento e ausência de informação para a reclassificação e reconhecimento inicial dos imóveis ao custo, conforme orienta o MCASP, podendo-se supor eminência de duplicidade de lançamento entre SPIUNET e SIAFI.

b) Observa-se a necessidade de implantação de procedimentos para a correta tramitação dos processos de construção de obras em andamento e obras finalizadas com a finalidade do correto encaminhamento dos documentos de finalizações das obras, de forma tempestiva ao departamento de contabilidade e patrimônio para o correto registro nos sistemas. No decorrer de 2018 foi constituído grupo de estudo para criar manual de procedimento dos registros dos bens imóveis, o qual já está em processo de apreciação pelo Conselho Superior, no aguardo de manifestação da SPU, para finalização e consequente adequação das contas.

- UG: 158145 – Reitoria

a) Superavaliação de imóveis na unidade, registrados na conta de obras já concluídas, referente a várias unidades, porém não classificada na conta adequada, conforme natureza, por ausência de informação, para o registro no Spiunet e Baixa no SIAFI.

- UG 158404 – Barreiras; 158409 – Vitoria da Conquista;158410 – Eunápolis; 158591 – Seabra; 156059 – Brumado.

Registro de obras já concluídas, porém não classificada na conta adequada, conforme natureza, por ausência de informação e procedimento interno, para o registro no Spiunet e Baixa no SIAFI. Evidencia de subavaliação de registro na Unidade, com suspeição de parcela do reconhecimento ao custo compondo obras em andamento na Reitoria.

Depreciação e Amortização

- Gestão: 26427 – Órgão

a) Ausência de procedimento de depreciação dos bens de uso e imóveis já concluído que permanecem em obras em andamento. A instituição é órgão centenário e não tinha um sistema de controle patrimonial, confiável e online com o Siafi, que permitisse a gestão patrimonial mais efetiva e o registro da depreciação e amortização do imobilizado.

a) Com aquisição do sistema SIADS, para gestão patrimonial e almoxarifado, foi iniciada, em julho/2019, a implantação na Reitoria do módulo almoxarifado e a partir de 2020, pretendeu-se implantar o módulo almoxarifado em todos os Campi, porém o módulo patrimonial estaria condicionado a realização do inventário, base confiável, para a conciliação do registro contábil no SIAFI e efetivo registro no novo sistema de controle (SIADS), com as depreciações acumuladas e seus impactos no resultado e no grupo do patrimônio líquido, porém o contexto social de pandemia com a suspensão das atividades presenciais, postergou a realização do inventário para o exercício de 2021, com a consequente implantação do novo sistema e procedimento de depreciação.

- UGs: 158145 – 158403 – Camaçari; Reitoria; 158405 – Valença;158404 – Barreira;158409 – Vitoria da Conquista; 158410 – Eunápolis;158411 – Salvador; 158585 – Paulo Afonso;158587 – Ilhéus; 158588 – Jequié; 158589 – Irecê; 158590 – Feira de Santana;156059 – Brumado;156061 – Juazeiro;158591 – Seabra; 158592 – Jacobina

a) Não tem sido possível a realização da alocação sistemática do valor depreciável dos bens móveis das unidades declaradas, no decorrer do período, no resultado do exercício, haja vista aguardo de implantação do sistema SIADS.

- UGs: 158145 – Reitoria,

a) Ausência de procedimento de depreciação dos imóveis já concluído que permanecem em obras em andamento.

Bens Intangíveis

- Gestão: 26427 – Órgão

Os bens intangível estão em processo de avaliação junto à Diretoria de TI,para confirmaçãoda caracterização dos bens como ativo imaterial, que pertence a unidade e gera beneficio econômico com o uso, para decisão de manutenção do registro ou baixa, por término do direito de uso, ou obsolescência, haja vista divergência entre registro físico e contábil apresentado pelo Departamento de Patrimônio, bem como suspeição de baixa de bens imaterial, ocorrida no início do exercício pela setorial de órgão superior, por registro em conta inadequada. Também não tem ocorrido procedimento de amortização do grupo por nenhuma unidade, em decorrência de ausência de sistema. Havendo a necessidade de verificar a oportunidade e relevância do registro das marcas e patentes desenvolvida pelo setor de Pesquisa e Inovação do IFBA.

- UG: 158404 – Barreiras

a) Evidencia de bem ocioso que não gera potencial de serviço com o uso para a entidade, em processo de comissão para baixa, bem como ausência de inventário para o controle dos acervos imateriais.

Demais Obrigações a curto prazo

- UG: 158145 – Reitoria

a) Incorporação de passivo, referente a Termos de execução descentralizadas – TEDs de exercícios anteriores, decorrente de programas executados, já encerrados e com prestação de contas parcialmente entregues e pendente de análise e/ou aprovação para baixa pelos financiadores. Considerando o conceito de passivo, observa-se impacto significativo nas obrigações de curto prazo e no patrimônio líquido constituído, por rotina de incorporação de TEDs, a partir de VPDs, cujas despesas também são incorridas nas fases de empenhos. Os quais representam 1,98% do patrimônio total. Percebe-se necessidade de reclassificação do grupo de curto para longo prazo, haja vista termos de execução já concluído, com vigência expirado, sem perspectiva de baixa pelos financiadores ao longo de vários exercícios.

Contrato de Serviços em Execução

- Gestão: 26427 – Órgão

a) Constatação de ausência de informação sobre os prazos e valores dos contratos continuados anuais e plurianuais para análise e avaliação da necessidade de atualização das obrigações contratuais a executar dos atos potenciais passivos, bem como a baixa dos saldos de contratos encerrados/cancelados. Alguns campi, em decorrência de centralização de alguns contratos na Reitoria, tem realizado a atualização com base nas fases de empenho e liquidação do contrato, por ausência de sistema que permita registros automáticos, assim como informação. Percebe-se divergência de informação registrada e estabelecida contratualmente, sendo possível afirmar que os saldos dos contratos não refletem a realidade do Órgão nos grupos de compensação.

- UG: 158145 – Reitoria; 158587 – Ilhéus;

a) Ausência de sistema de informação que permita o controle dos valores globais dos contratos continuados para o registro adequados das obrigações contratuais a executar dos atos potenciais passivos, bem como a baixa dos saldos de contratos encerrados/cancelados.

Execução Centralizada

- UG: 158145 – Reitoria

Observa-se reiterada realização de despesas em localidade distinta da efetiva realização do serviço e fornecimento do bem/material de Campi com funcionamento autorizado, comprometendo a qualidade e realidade da informação contábil inerente a cada unidade administrativa (Reitoria, Campi, Núcleos e Pólos), bem como o seu efetivo controle em termos logísticos.
Em diversas reuniões foi alertada a administração quanto a necessidade da execução descentralizada para evitar o descumprimento do princípio da entidade e o efetivo controle das despesas nas localidades das unidades.

◆Demonstração de Variações Patrimoniais

VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

- UG: 158145 – Reitoria

a) Com a rotina de incorporação dos passivos dos termos de execução descentralizadas – TEDs,1,71% do volume das variações patrimoniais diminutivas, reflete a adequação da rotina, a qual se origina a partir do repasse de recurso financeiro (Caixa) x (VPA), em contrapartida a VPDs x (obrigação), corroborando com a duplicidade de registro no resultado ou componente patrimonial, considerando que na fase de execução orçamentária a liquidação da despesa também impacta o resultado e o componente patrimonial (obrigação) e consequentemente o grupo do patrimônio líquido.

◆Balanço Orçamentário

Restos a Pagar

- Gestão: 26427– Órgão

a) No Balanço Orçamentário há indícios de saldo de restos a pagar processados e não processado por mais de um exercício financeiro, não movimentados em várias unidades, evidencia de ausência de rotina de análise para solicitação de cancelamento dos saldos irrisórios e/ou que

não mais será utilizado, por rescisão contratual, desistência de prestação de serviço ou fornecimento, independentemente dos prazos de bloqueios ou cancelamentos automático por expiração de prazos.

◆**Balanço Financeiro**

Transferências Financeiras Recebidas

× Gestão: 26427– Órgão

b) No Balanço Financeiro há indícios de insuficiência de repasse financeiro que garantisse a integralidade do pagamento das despesas liquidadas do exercício e de restos a pagar, tanto para a manutenção de ensino, quanto para os demais programas, sobretudo, decorrentes de termo de execução descentralizada, corroborando com acréscimos monetários, em função de pagamento em atrasos e, considerando as obrigações financeiras de curto prazo, a disponibilidade financeira não reflete o volume de recurso financeiro necessário a quitação do gasto.

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Balanço Patrimonial

	NE	31/12/20	31/12/19
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	43.823.517,01	44.129.709,19
Créditos a Curto Prazo			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4	8.798.984,67	8.150.364,94
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			
Estoques	5	4.020.286,35	4.476.170,89
VPD Pagas Antecipadamente	6	53.642,60	91.796,87
Total do Ativo Circulante		**56.696.430,63**	**56.848.041,89**
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Créditos a Longo Prazo			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo			
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
VPD pagas antecipadamente			
Investimentos			
Imobilizado	7,8,9	532.177.920,10	521.562.727,74
Intangível	10	808.818,80	800.818,80
Diferido			
Total do Ativo Não Circulante		**532.986.738,90**	**522.363.546,54**
TOTAL DO ATIVO		**589.683.169,53**	**579.211.588,43**
Passivo Circulante			
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	11	49.449.114,42	49.329.806,80
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	12	766.664,26	3.385.693,30
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo	13	120.270.385,59	109.509.770,54
Total do Passivo Circulante		**170.486.164,27**	**162.225.270,64**
Passivo Não Circulante			
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		94.016,21	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
Total do Passivo Não Circulante		**94.016,21**	
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		**170.580.180,48**	**162.225.270,64**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social			
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital			
Reservas de Capital			
Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Reservas de Lucros			
Demais Reservas			
Resultados Acumulados	15,16,17	419.102.989,05	416.986.317,79
(-) Ações / Cotas em Tesouraria			
Total do Patrimônio Líquido		**419.102.989,05**	**416.986.317,79**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**589.683.169,53**	**579.211.588,43**

Demonstração das Variações Patrimoniais

	NE	31/12/20	31/12/19
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Contribuições			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		180.393,56	1.196.446,91
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		143,19	10.163,49
Transferências e Delegações Recebidas		682.598.111,62	717.640.263,14
Valorização e Ganhos com Ativos e Desinc. de Passivos		1.305.514,53	10.836.963,53
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		982.778,31	660.037,67
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		**685.066.941,21**	**730.343.874,74**
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos		464.194.332,19	489.627.287,46
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		69.276.272,79	62.286.494,29
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		48.498.093,03	68.600.245,80
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		80.822,25	204.395,46
Transferências e Delegações Concedidas		64.482.524,02	73.800.610,44
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incor. de Passivos		11.939.311,51	114.774.306,09
Tributárias		319.135,10	662.457,83
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		22.459.291,31	16.156.059,34
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		**681.249.782,20**	**826.111.856,71**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	17	**3.817.159,01**	**-95.767.981,97**

Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

31/12/20

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)		**1.355.973,00**	**1.355.973,00**	**164.393,52**	**-1.191.579,48**
Receita Tributária					
Receita de Contribuições					
Receita Patrimonial		595.631,00	595.631,00	160.654,35	-434.976,65
Receita Agropecuária					
Receita Industrial					
Receita de Serviços		760.342,00	760.342,00	3.510,00	-756.832,00
Transferências Correntes					
Outras Receitas Correntes				229,17	229,17
Receitas de Capital (II)	18	**62.092.776,00**	**62.092.776,00**		-62.092.776,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		**63.448.749,00**	**63.448.749,00**	**164.393,52**	**-63.284.355,48**
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)					
Deficit (VII)	18			**623.753.774,62**	**623.753.774,62**
TOTAL (VIII) = (VI + VII)		**63.448.749,00**	**63.448.749,00**	**623.918.168,14**	**560.469.419,14**

Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

31/12/20

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)		**574.404.869,00**	**623.769.899,00**	**614.236.508,48**	**590.227.630,41**	**548.816.132,02**	**9.533.390,52**
Pessoal e Encargos Sociais		466.755.647,00	520.227.900,00	512.089.490,80	511.603.833,69	472.819.853,70	8.138.409,20
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes		107.649.222,00	103.541.999,00	102.147.017,68	78.623.796,72	75.996.278,32	1.394.981,32
Despesas de Capital (X)		**3.635.105,00**	**9.308.592,00**	**9.681.659,66**	**2.123.637,08**	**2.066.105,48**	**-373.067,66**
Investimentos		3.635.105,00	9.308.592,00	9.681.659,66	2.123.637,08	2.066.105,48	-373.067,66
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Reserva de Contingência (XI)							
Reserva do RPPS (XII)							
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)		**578.039.974,00**	**633.078.491,00**	**623.918.168,14**	**592.351.267,49**	**550.882.237,50**	**9.160.322,86**
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)							
Amortização da Dívida Interna							
Dívida mobiliária							
Outras Dívidas							
Amortização da Dívida Externa							
Dívida mobiliária							
Outras Dívidas							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)		**578.039.974,00**	**633.078.491,00**	**623.918.168,14**	**592.351.267,49**	**550.882.237,50**	**9.160.322,86**
Superavit (XVI)							
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	18	**578.039.974,00**	**633.078.491,00**	**623.918.168,14**	**592.351.267,49**	**550.882.237,50**	**9.160.322,86**

Execução de Restos a Pagar Não Processados

31/12/20

	NE	Inscritos					
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes		**5.763.778,31**	**25.809.272,98**	**16.774.169,47**	**16.675.672,42**	**4.516.607,52**	**10.380.771,35**
Pessoal e Encargos Sociais			7.954,21			7.954,21	0,00
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes		5.763.778,31	25.801.318,77	16.774.169,47	16.675.672,42	4.508.653,31	10.380.771,35
Despesas de Capital		**10.320.539,74**	**6.715.897,45**	**8.967.061,68**	**8.967.061,68**	**349.975,87**	**7.719.399,64**
Investimentos		10.320.539,74	6.715.897,45	8.967.061,68	8.967.061,68	349.975,87	7.719.399,64
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL	18	**16.084.318,05**	**32.525.170,43**	**25.741.231,15**	**25.642.734,10**	**4.866.583,39**	**18.100.170,99**

Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

31/12/20

	NE	Inscritos				
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes		**70.561,70**	**41.702.727,94**	**41.707.792,06**	**157,06**	**65.340,52**
Pessoal e Encargos Sociais			37.131.588,76	37.131.588,76		
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes		70.561,70	4.571.139,18	4.576.203,30	157,06	65.340,52
Despesas de Capital		**2.096,88**	**1.506.665,93**	**1.438.389,45**	**68.771,90**	**1.601,46**
Investimentos		2.096,88	1.506.665,93	1.438.389,45	68.771,90	1.601,46
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	18	**72.658,58**	**43.209.393,87**	**43.146.181,51**	**68.928,96**	**66.941,98**

Balanço Financeiro

	NE	31/12/20	31/12/19
Ingressos			
Receita Orçamentária (I)		**164.393,52**	**1.188.131,64**
Ordinária			
Vinculadas		259.959,39	1.326.826,15
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-95.565,87	-138.694,51
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**681.236.351,60**	**713.694.337,38**
Resultantes da Execução Orçamentária		637.285.325,88	653.387.842,57
Independentes de Execução Orçamentária		43.951.025,72	60.306.494,81
Aportes de recursos para o RPPS			
Aportes de recursos para o RGPS			
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**75.430.316,26**	**76.114.728,08**
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**44.129.709,19**	**41.516.924,63**
Caixa e Equivalentes de Caixa	19	44.129.709,19	41.516.924,63
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**800.960.770,57**	**832.514.121,73**
Dispêndios			
Despesa Orçamentária (VI)		**623.918.168,14**	**634.755.799,73**
Ordinária		502.065.936,25	563.155.892,77
Vinculadas		121.852.231,89	71.599.906,96
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**62.873.721,67**	**69.987.794,78**
Resultantes da Execução Orçamentária		47.993.465,69	53.283.338,23
Independentes de Execução Orçamentária		14.880.255,98	16.704.456,55
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**70.345.363,75**	**83.640.818,03**
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**43.823.517,01**	**44.129.709,19**
Caixa e Equivalentes de Caixa	19	43.823.517,01	44.129.709,19
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**800.960.770,57**	**832.514.121,73**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	NE	31/12/20	31/12/19
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20	**12.165.364,43**	**24.537.271,25**
Ingressos		**683.795.130,74**	**717.147.348,16**
Receitas derivadas e originárias		164.393,52	1.188.131,64
Transferências correntes recebidas			
Outros ingressos operacionais		683.630.737,22	715.959.216,52
Desembolsos		**-671.629.766,31**	**-692.610.076,91**
Pessoal e demais despesas correntes		-531.169.499,76	-554.931.236,23
Juros e encargos da dívida			
Transferências concedidas		-76.030.096,74	-65.940.424,10
Outros desembolsos operacionais		-64.430.169,81	-71.738.416,58
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	20	**-12.471.556,61**	**-21.924.486,69**
Ingressos			
Alienação de bens			
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos			
Outros ingressos de investimentos			
Desembolsos		**-12.471.556,61**	**-21.924.486,69**
Aquisição de ativo não circulante		-12.384.763,05	-21.354.091,12
Concessão de empréstimos e financiamentos			
Outros desembolsos de investimentos		-86.793,56	-570.395,57
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**0,00**	**0,00**
Ingressos			
Transferências de capital recebidas			
Desembolsos			
Outros desembolsos de financiamentos			
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	20	**-306.192,18**	**2.612.784,56**
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		**44.129.709,19**	**41.516.924,63**
Caixa e Equivalente de caixa final		**43.823.517,01**	**44.129.709,19**

Notas Explicativas

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As **Demonstrações Contábeis (DCON) Consolidadas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas das unidades vinculadas a rede do IFBA, composta pela Reitoria mais 22 campi, um polo de inovação, três núcleos avançados e cinco centros de referência em construção, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), as quais comporão o Balanço Geral da União (BGU), uma vez que o IFBA é uma autarquia Federal, Órgão da administração indireta, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), assim como comporá as demonstrações contábeis desse último Órgão.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP);
II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
III. Balanço Orçamentário (BO);
IV. Balanço Financeiro (BF);
V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

A DMPL não compõe as demonstrações contábeis apresentada pelo IFBA, uma vez que esse demonstrativo é obrigatório para as empresas estatais dependentes, sendo facultativo para os demais órgãos e entidades da Federação, conforme NBC T 16.6.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

Na consolidação das demonstrações contábeis da União, são utilizados critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o OFSS, visto que essas formam o ente econômico denominado União. No modelo PCASP, essas operações são possíveis a partir da comparação de contas que possuem o quinto nível igual a 2 – Intra.

Todavia, a consolidação, a partir da compensação e eliminação de saldos das contas que possuem o nível "Intra", implica alguns resíduos, pois:

I. Pode haver o descasamento temporal entre os registros em função dos processos operacionais. Exemplo: a realização de uma despesa orçamentária em uma entidade (com o devido reconhecimento do passivo e da variação patrimonial diminutiva) precederá a realização orçamentária de uma receita em outra entidade (reconhecimento do ingresso do recurso e da variação patrimonial aumentativa);

II. Como não há correspondência biunívoca entre os itens e as contas a serem compensadas, nem sempre é possível a identificação da contrapartida do valor a ser compensada ou eliminada.

No IFBA esse fato se evidencia nas contas de sub-repasse de recursos financeiro às unidades vinculadas, no BF e DFC, nas doações e transferências de bens (em valor econômico) entre unidades pertencentes ao Órgão, DVP e BP, dentre outros.

Ainda sobre a consolidação, complementa-se que são aplicadas regras de compensação ou exclusão de

saldos, nas seguintes demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidações em relação às movimentações evidenciadas na respectiva demonstração.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza "Intra", visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

Os Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa do IFBA não apresenta fluxo de operação de natureza "intra", entre suas unidades vinculadas, logo o saldo dessa conta corresponderão ao apresentado no BF, DFC e BP.

2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional da União é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionado, principalmente, com:

(i) adiantamentos e (ii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido da atualização monetária e juros, quando aplicável.

(d) Estoques

Compreende o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo de aquisição. Com a implantação do novo sistema de controle, SIADS, será adotado o custo médio ponderado, com os respectivos reflexos de ajustes patrimonial, conforme orienta o MCASP.

Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas de ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Ainda não foi possível estabelecer parâmetro e base de informação consistente que permita a realização dos ajustes para perdas, uma vez que esse item está em constante movimentação.

(e) VPDs pagas antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Deve ser reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação,amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, estando sujeito a dedução do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

(h) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP e a Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN/MF e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

h.1 Reavaliação: Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros. Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

h.2 Redução ao valor recuperável: A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN/MF (www.tesouro.gov.br).
No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por irrecuperabilidade foi reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por irrecuperabilidade do ativo é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por irrecuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

h.3 Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis:

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em

caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

h.4 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet:

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

(j) Apuração do resultado

No modelo do PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial;
II. Orçamentário; e
III. Financeiro.

(j.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(j.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(j.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo "Caixa e Equivalentes de Caixa" contempla numerários em moeda nacional, em conta única.

Em 31/12/2020, o IFBA apresentou um saldo em caixa de R$ 43,82 milhões, sendo R$ 44,13 milhões de saldo ao final de 31/12/2019, representando uma variação monetária negativa de -0,69%, correspondendo a uma diminuição de R$ -0,3 milhões em relação ao exercício anterior.

A diminuição se deve, em função de orientação pela Coordenação Financeira de órgão Superior, MSG/MEC: 2020/05776614 e art. 4 do Decreto 10.249/2020 de Programação Financeira, para devolução de saldos não utilizados das fontes de recurso do tesouro nacional ao final do exercício visando aperfeiçoar os mecanismos de planejamento na gestão do caixa, acontecimento até então não ocorrido em exercícios anteriores, haja vista evidencia de maior saldo em caixa para pagamento das obrigações de pessoal e de receitas próprias acumuladas em relação ao exercício anterior, ou seja, desconsiderado o ato de devolução, a variação em caixa seria positiva.

O saldo em caixa é composto por recurso de fonte própria, oriundo de taxa de arrecadação de concurso público acumulada desde exercícios anteriores, recurso destinado a pessoal, assistência estudantil, manutenção do ensino, termo de cooperação e outros. As obrigações com fornecedores correspondem a garantia da manutenção do ensino, que por sua vez, apresenta apenas 0,03% de saldo em disponibilidades de caixa, correspondente a fonte própria.

4 – Demais Créditos de Curto Prazo

Em 31/12/2020, o IFBA apresentou um saldo de R$ 8,80 milhões relacionados aos demais créditos de curto prazo, sendo R$ 8,15 milhões de saldo ao final em 31/12/2019, representando uma variação monetária de 7,96% correspondendo a um aumento de 0,65 milhões em relação ao exercício de 2019.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo "demais créditos de curto prazo", para o quarto trimestre de 2020 em comparação com o saldo final de 2019.

Tabela 1 – Demais Créditos de Curto Prazo – Composição.

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
113110101 - 13 SALARIO - ADIANTAMENTO	5.929.886,55	5.275.785,74	12,4%
113110105 - SALÁRIOS E ORDENADOS - ADIANTAMENTO	1.377.460,13	1.316.708,21	4,61%
113811200 - CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	771.376,79	830.471,81	-7,12%
113823800 – ADIANT - TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA - TED	720.259,18	727.399,18	-0,98%
113824801– REMUNERACAO DA CONTA UNICA A RECEBER	2,02		
Total	**8.798.984,67**	**8.150.364,94**	**7,96%**

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

Nesse trimestre se evidencia que a o volume de adiantamento de salário e 13 salário constituiu o principal motivo da variação positiva do grupo, os quais representam um direito de compensação do Órgão por ocasião de obrigação do mesmo para com seus servidores e colaboradores, quando estes fizerem jus ao recebimento desses direitos, constituindo ativos que não se converterá em caixa para o Órgão.

Verifica-se uma redução na variação monetária dos créditos a receber por cessão de pessoal, comparando-se com o exercício anterior, subgrupo do ativo circulante "demais créditos de curto prazo", em função da arrecadação de direitos a receber da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, do Município de Amargosa e Barreiras.

Observa-se que uma parcela considerável desses créditos (82,07%) representam saldos não movimentados, os quais permanecem em análise e, portanto, será ajustado em tempo oportuno.

Também compõe os créditos a receber os termos de execução descentralizada em fase de execução eprestação de contas junto a Universidade Federal da Bahia-UFBA e outros, referente a programa de formação, em especial mestrado e doutorado. O volume apresentado representa 74,62% já repassado do valor total firmado (R$ 965.280,00) e se originou de incorporação de ativo, a partir do exercício anterior, como mudança de rotina. Observa-se que 0,87% do total firmado para capacitação foram concluidos e, portanto baixado.

5 – Estoque

Em 31/12/2020, o IFBA apresentou um saldo de R$ 4,02 milhões relacionados a estoque, sendo R$ 4,48 milhões de saldo ao final em 31/12/2019, representando uma variação monetária negativa de -10,18% correspondendo a uma redução de R$ -0,46 milhões em relação a 2019.

Tabela 2 – Estoque – Composição.

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
115610100 - MATERIAIS DE CONSUMO	3.892.817,81	4.306.431,25	-9,60%
115610400 - SOBRESSALENTE	2.900,00		
115810100 - MATERIAIS DE ACOND. E EMBALAGEM	820,20	12.653,70	-93,52
115810201 -MATERIAL -ESTOQ INTERNO- PARA DISTRIBUIR	12.697,50	12.697,50	
115810301 - MERCADORIAS PARA DOACAO	79.107,51	112.445,11	-29,65%
115819800 - ESTOQUES DIVERSOS	31.943,33	31.943,33	
Total	**4.020.286,35**	**4.476.170,89**	**-10,18%**

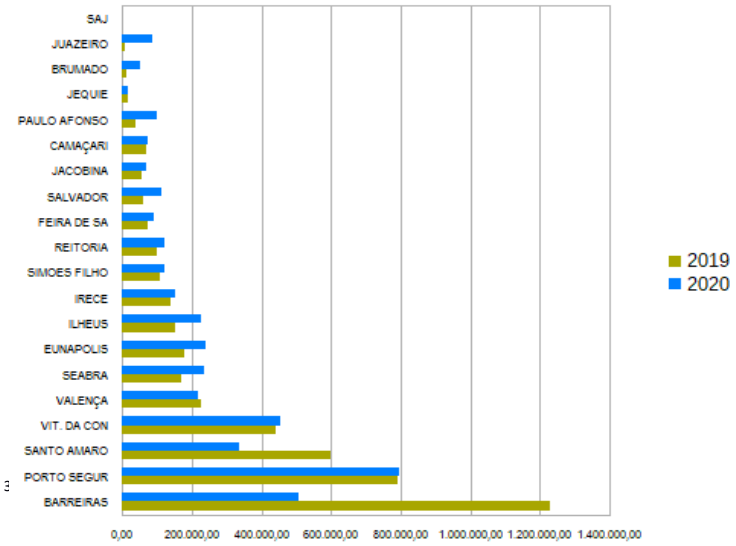
Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

As contas de estoque continua em processo de avaliação, haja vista a evidencia de conta com intitulação indevida, saldo não movimentado acima de dois exercícios, bem como implementação de novo sistema de controle (SIADS), modulo almoxarifado, para adequação a realidade do órgão.

O critério de avaliação dos estoques ainda não tem sido simétrico para todo o órgão em atendimento aos manuais de contabilidade aplicados ao setor público. Estima-se que o custo ou preço específico, em que se atribui aos custos da saída o valor que efetivamente se pagou nas entradas, ainda tem sido o critério utilizado pela maioria das unidades vinculadas, contudo a média ponderada móvel, como critério estabelecido aos órgãos público já é uma realidade em algumas unidades, sobretudo aquela em que o sistema SIADS já foi implantado.

Observa-se abaixo o gráfico com a posição monetária dos saldos em estoque por campi, item material de consumo, nele se verifica que os campi Barreira e Santo Amaro representaram maior volume de redução de estoque no período em relação a 2019, em decorrência de evidencia de ajuste em estoque por realização de inventário. O gráfico também apresenta variação crescente de recomposição de estoque na maioria das unidades vinculadas, contudo é possível perceber, em algumas poucas unidades, saldos inalterados, não movimentado ao longo de um período, tendendo a suspeição de ausência de mecanismo de controle.

Figura 1 - Campus x Posição em Estoque



6 – VPDS Pagas Antecipadamente - CP

Em 31/12/2020, o IFBA apresentou um saldo de R$ 53,64 mil relacionados a VPDS pagas antecipadamente -CP, sendo R$ 91,80 mil de saldo ao final de 31/12/2019, representando uma variação monetária negativa de -41,56% correspondendo a uma redução de R$ -38,15 mil em relação ao ano anterior.

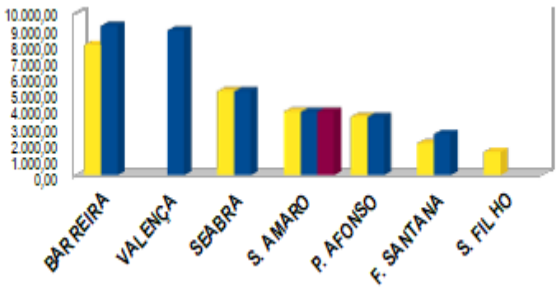
Tabela 3 – **VPDS Pagas Antecipadamente - CP** – Composição.

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
119110000 - PREMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	29.000,00	52.128,12	-44,37%
119300000-ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR- CONSOL	3.913,80	35.007,94	-88,82%
119810400 - VPD DE SERVICOS PAGOS ANTECIPADAMENTE	20.728,80	4.660,81	344,75%
Total	**53.642,60**	**91.796,87**	**-41,56%**

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

A tabela evidencia uma variação monetária negativa correspondendo ao cumprimento do princípio da competência com o reconhecimento das despesas mensais na apuração do resultado, conforme orienta a norma. Ainda se verifica em algumas unidades gestora registros antigos e não movimentados, assim como evidencia de insuficiência de registro, no reconhecimento do ativo, da despesa antecipada, considerando o conjunto de unidades que compõe o órgão e tendência de centralização de despesa em uma única unidade.Nesse último trimestre se verifica no gráfico abaixo que a Reitoria compõe o maior volume de despesa antecipada, representando, por consequência, maior índice de redução em relação a 2019, seguido dos campi de Barreira e Valença, com tendência de variação negativa em todas unidades apresentadas, com exceção da unidade de Santo Amaro, cujo saldo se apresenta inalterado ao longo de vários exercícios. Embora haja evidencia de novos contratos para o exercício de 2020, o contexto de pandemia, com a suspensão das atividades presenciais, representa um forte fator de redução dessa despesa ao longo do exercício de 2020, conforme evidencia, em gráfico, da gestão da despesa em 2018, período de maior volume de assinatura para suporte técnico em informática.

Figura 2 - Campus x Despesas antecipadas



7 – Bens Móveis

Em 31/12/2020, o IFBA apresentou um saldo de R$ 166 milhões relacionados ao subgrupo do imobilizado "bens móveis", sendo R$ 162,67 milhões de saldo ao final de 31/12/2019, representando uma variação monetária de 2,05% correspondendo a um acréscimo de 3,34 milhões em relação a 2019.

Tabela 4 – **Bens Móveis** – Composição.

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
123110100 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E	62.999.200,40	62.163.369,54	1,34%
123110200 - BENS DE INFORMATICA	35.371.737,61	34.176.687,18	3,50%
123110300 - MOVEIS E UTENSILIOS	37.448.290,79	36.393.695,56	2,90%
123110400 - MATER CULTURAL, EDUCACIONAL E DE CO	12.568.444,29	12.370.301,95	1,60%
123110500 - VEICULOS	15.338.677,91	15.267.925,99	0,46%
123110700 - BENS MOVEIS EM ELABORACAO	64.980,00	64.980,00	
123119900 - DEMAIS BENS MOVEIS	2.213.269,40	2.231.231,92	-0,81%
Total	**166.004.600,40**	**162.668.192,14**	**2,05%**

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

A tabela aponta que os grupos: Maquinas e equipamentos, bens de informática e moveis e utensílios foram os principais itens que contribuiu com o pequeno acréscimo em bens móveis, os quais representam juntos 81,82% da totalidade dos móveis. A variação monetária nesse subgrupo ocorreu em virtude da aquisição, em volume relevante, de equipamento em Porto Seguro e Feira de Santana, equipamento de informática (tablets) para todos os campi e moveis e utensílio em Santo Amaro, Eunápolis, Jequié, Paulo Afonso, Feira de Santana, Juazeiro, para os centros de referências (casa nova, campus formoso, camacan, itatim) e doação de utensílios pela PRT 5ª Região e RFB ao campus Salvador.

Os bens móveis, no subtítulo "bens móveis em elaboração", se refere a implantação de plataforma vertical no campi de Simões Filhos, a qual será reclassificado em tempo oportuno, considerando a definição de bens móveis.

Os bens móveis, no subtítulo "bens móveis a classificar", em demais bens moveis se refere a auxilio pesquisador concedido para a execução de projeto de sustentabilidade no Campus Salvador, os bens serão classificados tão logo for realizado a prestação de contas dos pesquisadores com a aquisição dos bens.Também se verifica nesse grupo a realização de baixa, no trimestre em curso, por implantação de nova rotina de cessão de bens, sob a condição de registro em conta de controle com incorporação de responsabilidade de terceiro, conforme orientação através de mensagem do MEC, MSG: 2019/1253347. Após analise em uma das unidades que teve seus valores baixados (Reitoria), percebe-se forte tendência de se tratar de aquisição de software em 2011, conforme empenhos 11NE800271/640/677, desse modo será buscado maiores informações para a reclassificação adequada.

Não tem sido possível a alocação sistemática do valor depreciável dos bens móveis ao longo da vida útil dos mesmos, como parcela a ser transferida periodicamente para o resultado do exercício, haja vista a aquisição do SIADS estar em processo de implantação. Por essa razão o saldo dos bens móveis apresentado no Balanço não reflete a realidade atualizada do Órgão, pelo não reconhecimento monetário do desgaste desses bens ao longo do tempo.

8 – Bens Imóveis

Em 31/12/2020, o IFBA apresentou um saldo de R$ 367,55 milhões relacionados ao subgrupo do imobilizado "bens imóveis", sendo R$ 360,07 milhões de saldo ao final em 31/12/2019, representando uma variação monetária de 2,08% correspondendo a um acréscimo de 7,48 milhão em relação ao final do exercício anterior.

Tabela 5 – **Bens Imóveis**– Composição.

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
123210100 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS N	157.636.329,78	157.636.329,78	
123210400 - BENS DOMINICAIS N REGISTRADO	149.999,89	149.999,89	
123210600 - BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	205.096.999,34	197.619.426,98	3,78%
123210700 - INSTALACÕES	4.664.660,03	4.664.660,03	
Total	**367.547.989,04**	**360.070.416,68**	**2,08%**

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

O acréscimo no subgrupo do imobilizado, título de Bens Imóveis em andamento, corresponde à construção do modulo avançado de Campo Formoso e Jaguaquara, de Centros Tecnológicos de referências no Município de Monte Santo e São Desidério, construção do refeitório do Campus de Paulo Afonso, de Galpão em Brumado e Santo Amaro e estação elevatório de escoamento sanitário em Feira de Santana.

Evidencia-se na composição da estrutura dos imóveis que "bens imóveis em andamento" representam mais da metade do total dos bens imóveis, os quais se referem a obras em andamento, assim como também a imóveis já concluídos que, por ausência de informação do termo de conclusão das obras para o correto registro do bem, segundo a sua espécie, no SIAFI como bens registrados no Spiunet, ainda permanecem nessa conta contábil. Observa-se que houve inicio de procedimento formal orientativo visando distinguir com clareza a segregação do registro do reconhecimento inicial dos imóveis ao custo de construção com os procedimentos de reavaliação.

Pontua-se evidencia de não reconhecimento do valor econômico dos imóveis ao custo das transações que lhe deram origem, antes da adoção de procedimento de reavaliação, por meio do Spiunet.

Os terrenos e os edifícios são ativos distintos e são registrados de forma separada para os fins contábeis, inclusive quando adquiridos prontos – O terreno normalmente tem uma vida ilimitada e, portanto, não se deprecia, conforme macro função 021107, Manual SIAFI, item 3.1.5.3, contudo não consta evidenciado na estrutura de imóveis do órgão no SIAFI, os valores econômicos dos terrenos, segregados dos imóveis de uso educacional, oriundo do Spiunet.

9 – Deprec, Exaustão e Amortiz Acumulada de Bens Imóveis

Em 31/12/2020, o IFBA apresentou um saldo credor de R$ - 1,37 milhão relacionados ao subgrupo do imobilizado "deprec, exautão e amortiz acumulada de bens imóveis", sendo R$ -1,18 milhões de saldo ao final em 31/12/2019, representando uma variação monetária de 16,91% correspondendo a um acréscimo de R$ -0,19 milhões em relação a 2019.

A depreciação apontada refere-se à conta (123210100) de imóveis de uso educacional registrados. Os demais imóveis não registrados e as instalações já concluídas, por não haver evidencia de depreciação, pelo SPIUNET, não representa a realidade econômica atualizada dos bens do Órgão. Situação também aplicada aos imóveis já concluídos que ainda permanecem na conta de obras em andamento, por ausência de documentação que suporte o registro da reclassificação.

Verifica-se que as quotas de depreciação transferida para o resultado do exercício, com periodicidade mensal, demonstram-se crescente nos meses de fevereiro a maio, haja vista atualização do saldo de depreciação acumulada em janeiro, representando um acréscimo nesse período de até 13,27% em relação ao saldo remanescente de 2019, em junho, setembro e novembro se verifica redução da cota de depreciação em quase todas as unidades, aumentando nos períodos de julho, agosto e dezembro. Pontua-se ainda que apesar de ter ocorrido procedimento de reavaliação dos imóveis, em algumas unidades, não há evidencia de baixa da depreciação nas mesmas para nova recontagem a partir do novo saldo atualizado do imóvel, conforme orienta o artigo 7º, parágrafo segundo da Portaria Conjunta SPU/STN nº. 703/2014.

Neste mesmo artigo a Portaria citada define o método da Parábola de Kuentzle como método de depreciação a ser utilizado para a avaliação dos bens imóveis.

10 – Intangível

O intangível é composto apenas por softwares. Em 31/12/2020, o IFBA apresentou uma variação de 1% no saldo de R$ 800,82 mil registrado ao final de 2019, em decorrência de novas aquisições pelo campus de Vitoria da Conquista.Esse subgrupo ainda está em processo de avaliação considerando a necessidade de informação que demonstre se tratar de forma confiável de bem intangível, haja vista o critério da separatibilidade ou resultante de direito contratual/legal, bem como a definição do prazo de vida útil, determinável ou indeterminável, e evidencia de bens imateriais não utilizado (12,71%), para adoção de medidas de reclassificação, atualização econômica e baixa.

11 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - CP

Em 31/12/2020, o IFBA apresentou um saldo no subgrupo do passivo no valor de R$ 49,45 milhões, sendo R$ 49,33 milhões de saldo ao final de 31/12/2019, representando uma variação monetária positiva de 0,24%, correspondendo a um aumento de R$ 0,12 milhões.

Tabela 6 – **Obrigações trabalhistas**– Composição.

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
211110101 - SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	36.456.860,18	35.132.597,74	3,77%
211110102 - DECIMO TERCEIRO SALARIO A PAGAR			
211110103 - FERIAS A PAGAR	11.760.015,46	13.419.169,42	-12,36%
211110300 - PRECATORIOS DE PESSOAL	672.127,91	660.229,77	1,80%
211210100 - BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	2.637,00	4.944,38	-46,67%
211310100 - BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	433.160,37	15.670,00	2.664,27%
211410302 - CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVID.COMPLEMENT	122.577,63	94.649,62	29,51%
211420103 - INSS-CONTRIB.S/ SERVICOS DE TERCEIROS - INTRA	1.735,87	2.545,87	-31,82%
Total	**49.449.114,42**	**49.329.806,80**	**0,24%**

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

O aumento foi constituído sobretudo em função de maior volume de apropriação de salário na folha de dezembro do período em análise, o qual compõe montante crescente de adiantamento de gratificação natalina, gratificação por cargo, função e em comissão, bem como reversão das retenções de assistência médicas, nos relatórios das folhas dos meses de outubro e dezembro em relação ao último exercício. O registro das obrigações de férias e 13º salário no período, ocorre por lançamento patrimonial (provisão), considerando o regime da competência, com contrapartida no resultado operacional. Denota-se rotina de ajuste de direito de férias a compensar e obrigações de férias a pagar, devendo-se manter o direito ou obrigação, de acordo com a superação dos saldos existentes entre ambos; Assim, em relação ao 13º salário, a ausência de obrigação implica a existência de direito do órgão a compensar em decorrência de adiantamento concedido, conforme se verifica o registro do direito no ativo, grupo demais créditos. Também se verifica no trimestre novos precatórios de pessoal registrado, obrigações de curto e longo prazo, pelo Tribunal Regional da 1º Região-TRF 1ª, conforme processo SEI 0016694-37.2019.4.01.800 nele transcrito, o qual será pago pelo próprio Tribunal. O registro contábil, pelos Tribunais, dos precatórios de pessoal, nos órgãos autuados, teve início a partir de 2019, como mudança de rotina e exigência do TCU, para evidencia da dívida nas unidades de origem.

O Balanço Financeiro evidencia suficiência de disponibilidade de recurso para a garantia do pagamento das obrigações trabalhistas financeiras de curto prazo, o que correspondem a 92,68% das disponibilidades.

12 - Fornecedores e Contas a Pagar - CP

Em 31/12/2020, o IFBA apresentou um saldo no subgrupo do passivo “Fornecedores e Contas a pagar” no valor de R$ 0,77 milhões, sendo R$ 3,39 milhões de saldo ao final em 31/12/2019, representando uma variação monetária negativa de -77,36% correspondendo a uma redução de -2,62 milhões em relação a

2019.

O contexto de pandemia, com a suspensão das atividades presenciais e consequente redução das despesas de funcionamento, constituiu um dos principais fatores de redução no montante do passivo com fornecedores, tendencia também apresentada nas outras despesas liquidadas a pagar, nesse exercício de 2020, em comparação ao exercício de 2019, conforme demonstra o Balanço orçamentário, assim como redução da execução desse grupo de despesas para a manutenção do ensino presencial no exercício em curso. 70,14% das obrigações com fornecedores se referem a despesas com contratos continuados e comunicação visual para os campi de Paulo Afonso e Brumado, pertencente ao grupo outras despesas. Ao comparar a evolução do patrimônio dos dois exercícios 2020 x 2019 se verifica que o volume de obrigações a pagar com despesas de capital reduziu em -96,18% e -62,26% com outras despesas corrente em relação ao final do exercício de 2019. Também somam-se a permanência da obrigação com fornecedor a insuficiência de disponibilidade de caixa na fonte que favorecesse a diminuição do volume das obrigações com fornecedores, cujo saldo remanescente insuficientes foram devolvido ao Tesouro Nacional em atendimento ao Decreto de programação financeira, já explicitado acima.

Apesar de o Balanço Patrimonial evidenciar no ativo financeiro suficiência de saldo para a diminuição das obrigações com fornecedores, 92,68% dos recursos financeiros ali apresentados estão comprometidos com as obrigações trabalhistas, representando apenas 0,31% das disponibilidades já homologadas, no aguardo de cronograma de horários bancários para a efetiva conclusão dos pagamentos.

Na tabela 7 são apresentadas as unidades gestoras contratantes, com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2020.

Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.

	31/12/2020	AV (%)
158145/26427 - INST. FED. DA BAHIA/ REITORIA	246.847,88	32,20%
158589/26427 - INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS IRECE	176.768,34	23,06%
158588/26427 - INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS JEQUIE	79.419,75	10,36%
158410/26427 -INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS EUNAPOLIS	66.804,57	8,71%
158404/26427 -INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS BARREIRAS	62.368,67	8,14%
158408/26427 -INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS P. SEGURO	46.274,12	6,04%
158585/26427 -INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS P. AFONSO	42.903,71	5,60%
1588592/26427 - INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS JACOBINA	8.279,28	1,08%
158591/26427 - INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS SEABRA	8.158,02	1,06%
158590/26427 - INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS F. SANTANA	7.618,05	0,99%
158407/26427 - INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS S. FILHO	6.659,91	0,87%
Demais	14.561,96	1,90%
Total	**766.664,26**	**100%**

Fonte: SIAFI, 2020

As unidades gestoras 158145, 158589 e 158588, por exemplo, (são) responsáveis por 65,61% do total a ser pago. A execução de contratos continuados e aquisição de materiais de comunicação visual na Reitoria para o campus Brumado e Paulo Afonso evidencia a posição de maior montante a pagar de fornecedores. O término do trimestre apresentou insuficiência de recurso financeiro para a realização das despesas, sobretudo de contratos continuados em Jequié e Irecê, com saldo remanescente de obras a executar, por reconhecimento de dívida, nessa última unidade.

Na tabela 8 estão relacionados os 06 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2020.

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	31/12/2020	AV (%)
GUARDSECURE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA	235.179,39	30,68%
SYSTEMA 2/90 COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	117.202,43	15,29%
RENOVAR ENGENHARIA LTDA	95.259,67	12,43%
S.S. EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI	90.086,30	11,75%
COMPAC CONSTRUCOES LTDA	68.771,90	8,97%
VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE APARELHOS ELETRICOS	42.132,00	5,50%
Demais	118.032,57	15,40%
Total	**766.664,26**	**100%**

Fonte: Tesouro Gerencial, 2020.

Os fornecedores: Guardsecure Segurança Empresarial Ltda, Systema 2/90 Comunicação Visual Ltda – Me e Renovar Engenharia Ltda representam 58,39% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) **GUARDSECURE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA**: Prestação de serviço continuado de vigilância Armada, Desarmada, Motorizada e Eletrônica nas dependências do IFBA e seus Campi;

(b) **SYSTEMA 2/90 COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME**: Prestação de serviço de sinalização, identificação e acessibilidade nas instalações prediais utilizados pelo IFBA, na Reitoria e seus Câmpus;

(c) **RENOVAR ENGENHARIA LTDA**: Prestação de Serviços contínuos de operação, manutenção preventiva, corretiva e preditiva, com fornecimento de peças, materiais e mão-de-obra, bem como realização de serviços eventuais diversos, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais utilizados pelo IFBA, na Reitoria e seus Câmpus;

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar se refere ao fornecedor **Guardsecure Segurança Empresarial Ltda**.

> Em 07/03/2015 se inicia a vigência do contrato 001/2015, publicado no DOU em 05/03/2015, tendo por objeto a prestação de serviço continuado de vigilância Armada, Desarmada, Motorizada e Eletrônica nas dependências do IFBA e seus Campi, pregão 41/2014, conforme empenho 2015NE800107, valor global de R$ 18.914.376,09 milhões.

13 – Demais Obrigações de curto prazo - CP

Em 31/12/2020, o IFBA apresentou um saldo no subgrupo do passivo “Demais Obrigações de Curto prazo” no valor de R$ 120,27 milhões, sendo R$ 109,51 milhões de saldo ao final em 31/12/2019, representando uma variação monetária de 9,83% correspondendo a um acréscimo de R$ 10,76 milhões em relação ao último exercício.

Na tabela 9, é apresentada a composição do subgrupo “Demais Obrigações de curto prazo”, para os exercícios de 2020 e 2019.

Tabela 9 – Demais Obrigações de curto prazo – Composição.

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
218810100 - CONSIGNAÇÕES	3.751.886,01	4.319.854,86	-13,15%
218810400 - DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	2.192,00	480,00	356,67%
218910100 - INDENIZACOES, RESTITUICOES	33.997,43	383,10	8.774,30%

218910200 - DIARIAS A PAGAR	1.059,83	1.059,83	
218911300 - PRECATORIOS DE TERCEIROS		98.271,56	-100%
218911900 - INCENTIVOS A EDUCAÇÃO, CULTURA E O	472.477,35	477.898,84	-1,13%
218912300 - AUXILIOS FINANCEIROS A PESQUISADOR	2.280,00	1.080,00	111,11%
218913600 – VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	2.348,00	1.423,39	64,96%
218915700 - OBRIGACOES COM ENTIDADES FEDERAIS			
218920600 – TRANSFERENCIA FINANCEIRA A COMPROVAR	116.004.144,97	104.609.318,96	10,89%
Total	**120.270.385,59**	**109.509.770,54**	**9,83%**

Fonte: SIAFI 2020.

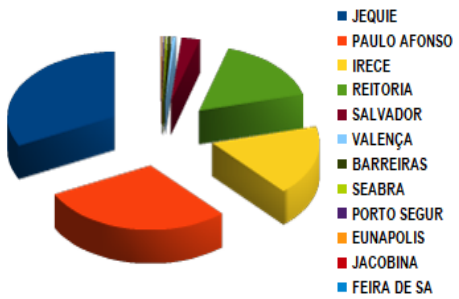
A tabela aponta que a variação monetária ocorreu sobretudo em função de incorporação de passivo dos termos de execução descentralizadas (TED) novos e em continuidade no exercício em curso. A rescisão contratual com a empresa Unimed contribuiu com a redução das obrigações a pagar com a assistência a saúde, principal causa da redução das obrigações com consignatárias e consequente impacto na variação monetária do grupo, que poderia ser ainda maior.

Os saldos da transferência financeira a comprovar são constituídos em decorrência de repasse de recurso financeiro da unidade descentralizadora à unidade executora referente a termos pactuados para a realização de ações no âmbito educacional; Até o quarto trimestre do exercício em curso se verifica um aumento da transferência em 10,89% em comparação com o exercício anterior, a variação foi constituída de novos repasses para, sobretudo, realização de obras dos novos Campus avançados (Jaguaquara e Campus Formoso, Monte Santo, São Desidério, Casa Nova, instalação de galpão industrial em Brumado e Santo Amaro), acréscimos de recursos para oferta de curso de qualificação a aluno (médio-tec), implementação do projeto escola de futebol pelo Campus Jequié, aquisição de imobiliário para Brumado, Jequié, Valença e novos campus avançados, desenvolvimento de ações para capacitação e apoio técnico à elaboração de minutas de planos municipais de saneamento básico junto a FUNASA, ações de oferta de cursos FIC na modalidade EAD e de enfrentamento a COVID-19. 43,27% dos termos se referem a oferta de curso de formação inicial continuada e técnicos no programa bolsa formação (Pronatec) e oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, ou de qualificação profissional com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional-FNDE, com prazo de vigência expirado.

As transferências estão em processo de análise haja vista que 62,31% do seu volume não estão vigentes, logo se apresenta pendente de conclusão e prestação de contas; 0,24% do saldo do volume de transferência oriundo do exercício anterior tiveram sua prestação de contas encaminhadas ao longo do exercício em curso. Pontua-se que a baixa do passivo oriundo de TED, após processo de prestação de conta, exige ação da unidade descentralizadora do recurso.

Os incentivos a educação evidencia uma redução de -1,13% em relação ao 4º trimestre de 2019 e representam 0,39% das demais obrigações de curto prazo.O caixa não apresenta disponibilidade de recurso para a realização da Obrigação, refletindo a permanência dos montantes. Os Campi Jequié, Paulo Afonso e Irecê respondem por 79,08% do saldo de incentivo a educação a executar, conforme gráfico abaixo, com a participação por unidade.

Figura 3 - Campus x participação na composição dos incentivos a educação a pagar.



Observa-se que no subtítulo "incentivo a educação" ainda consta despesa de exercício anterior a 2016, em função da expectativa de repasse de recurso financeiro de termo de execução descentralizada pelaSETEC/MEC, TED 2466, nº. transferência (682552), 14NC000549.

14 – Obrigações Contratuais - CP

As obrigações contratuais são atos potenciais passivos que constituem o quadro das contas de compensações apresentadas no Balanço Patrimonial. Em 31/12/2020, o IFBA apresentou um saldo no subgrupo de obrigações contratuais a executar no valor de R$ 13,82 milhões, sendo R$ 14,24 milhões de saldo ao final em 31/12/2019, representando uma variação monetária de -2,99% correspondendo a uma redução de -0,42 milhões em relação ao exercício de 2019. 54,74% dos registros se concentram nos campi Salvador, Vitoria da Conquista e Eunápolis. O registro do subgrupo ocorrem de forma manual e com base na liquidação dos títulos e documentos comprobatório das despesas, não havendo rotina de registro automáticos dos saldos dos contratos, a partir da sua vigência de forma integrada com o SIAGS, na maioria dos Campi, por esse motivo os saldos apresentados não refletem a realidade do Órgão, evidenciando saldo remanescente de contratos já encerrados, os quais estão em processo de análise para subsidiar as baixas.

15- Resultado do Exercício – PL

O Resultado do Exercício é constituído pelo confronto entre receitas e despesas apurados até o quarto trimestre de 2020 e compõem a linha de resultados acumulados do Patrimônio Líquido apresentado no Balanço Patrimonial. Em 31/12/2020 o IFBA apresenta um saldo de R$ 3,82 milhões, sendo R$ -95,77 milhões de saldo ao final de 31/12/2019, representando uma variação monetária de -103,98%, correspondendo a uma melhora de 99,58 milhões em relação ao final do exercício anterior. A melhora na variação apontada foi em decorrência de menor volume de incorporação de passivo dos termos de execução descentralizadas no exercício, bem como redução das despesas de uso de bens e utilização de serviços ao longo do ano de 2020, como consequência do contexto de pandemia com impacto na suspensão das atividades presenciais de ensino.

16- Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores compõem a linha de Resultados Acumulados do Patrimônio Líquido apresentado no Balanço Patrimonial, o qual é constituído pelo resultado apurado até o quarto trimestre de 2020, pelos Resultados de Exercícios Anteriores e Ajustes de Exercícios Anteriores.

Os Ajustes de Exercício anteriores registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Na tabela a seguir, apresenta-se a distribuição do saldo por unidade vinculada.

Nesse quarto trimestre de 2020, o grupo apresentou um saldo negativo (natureza devedora) de R$ -1,70 milhões, representando uma diminuição de -0,41% no resultado acumulado do órgão. Na tabela a seguir, apresenta-se a distribuição do saldo por unidade vinculada.

Tabela 10 - Ajustes de Exercícios Anteriores por UG

	31/12/2020	AV (%)
INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS BARREIRA	(898.040,55)	-52,85%
INST. FED. DA BAHIA/REITORIA	(446.218,85)	-26,26%
INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS EUNAPOLIS	(178.314,95)	-10,49%
INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS CAMAÇARI	(81.306,00)	-4,79%
INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS IRECE	(68.771,90)	-4,05%
Demais	(26.469,80)	-1,56%

TOTAL	**-1.699.122,05**	-100%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

Os ajustes de exercícios anteriores reduziram em -177,78%, em relação a 2019, e correspondem, de forma expressiva, a ajuste de saldo em estoque após realização de inventário em exercício anterior no campus de Barreira, reconhecimento de passivo de despesas de contratos continuados e obras de exercício anterior, ajuste de saldo de 13 salário ao final do exercício, implantação de rotina de cessão de bens, com desincorporação de ativo registrado em bens móveis em Eunápolis, Camaçari e Reitoria, assim como baixa de direito a receber de exercício anterior, por devolução, através de GRU arrecadada no exercício de pessoal cedido na Reitoria.

17 - Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2020 foi superavitário em R$ -3,82 milhões e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 11 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	685.066.941,21	730.343.874,74	-6,20%
Variações Patrimoniais Diminutivas	681.249.782,20	826.111.856,71	-17,54%
Resultado Patrimonial do Período	**3.817.159,01**	**(95.767.981,97)**	**-103,99%**

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020.

O resultado patrimonial apurado no quarto trimestre de 2020 foi positivo em R$ 3,82 milhões, apresentando uma variação nominal em -103,99% evidenciada no ano anterior, quando o resultado teve déficit de R$ -95,77 milhões.Dentre as principais causas, destaca-se a diminuição das incorporações de passivos oriundo dos termos de execução descentralizada vigente bem como redução da utilização de bens de consumo e serviços, como consequência do contexto da pandemia que resultou na suspensão das atividades presenciais de ensino, assim como menor volume de apropriação de despesa de pessoal, conforme segue explicação abaixo.

Verifica-se que embora as variações aumentativas tenham sido maiores no exercício anterior, a implementação da rotina de incorporação dos passivos oriundo dos termos de execução descentralizadas acumulados ao longo de vários anos e registrado naquele único exercício (2019), não favoreceu um melhor resultado naquele período, fato (incorporação de passivo de TED) que, em comparação ao exercício de 2020, refletiu uma melhora em relação a constituição de novos termos no exercício, em decorrência de obras de construção dos campus avançados (Campus Formoso e Jaguaquara) e programas de capacitações (médio-tec e módulos de saneamento básico), porém, a evidente redução entre dois exercícios, não caracteriza uma tendência de redução na constituição do passivo exigível, como baixa por

prestação de contas dos TEDs já concluídos, cuja baixa representa apenas -0,24% da obrigação em relação ao exercício anterior. A redução no consumo de bens e utilização de serviço se concentra nos contratos continuados, apoio administrativo e operacional, gênero alimentício e outros.

Dentre as principais variações, destacam-se:

I. Redução nas VPA de exploração e vendas de bens, serviços e direitos na ordem de -84,92%;
II. Redução das transferências e delegações recebidas de -4,88%;
III. Redução na Valorização e Ganho c/ Ativo e Desincorporação de Passivo em -87,95%;

IV. Aumento nas VPD de Benefícios Previdenciários e Assistenciais em 11,22%;
V. Redução na VPD de Pessoal e Encargos na ordem de -5,19%;
VI. Redução nas VPD de transferências e delegações concedidas em -12,63%
VII. Redução nas VPD de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo em -29,30%;
VIII. Redução nas VPD de desvalorização e perda de ativo e incorporação de passivo em -89,60%;

Houve uma redução nas VPA não financeira na ordem de -6,20%, com destaque para os elementos que os compõem, conforme a tabela a seguir.

Tabela 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Não Financeira

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Exploração e vendas de bens, serviços e direitos	180.393,56	1.196.446,91	-84,92%
Transferências e delegações recebidas	682.598.111,62	717.640.263,14	-4,88%
Valorização e Ganho c/ Ativo e Desincorporação de Passivo	1.305.514,53	10.836.963,53	-87,95%
Outras variações patrimonial aumentativa	982.778,31	660.037,67	48,40%
Total	**685.066.798,02**	**730.333.711,25**	**-6,20%**

A variação monetária apontada na **Exploração e vendas de bens, serviços e direitos** se refere a redução de arrecadação de alugues, serviços administrativos e, sobretudo, na ausência de taxa de inscrição de concurso público para cursos técnicos no ano, esta última receita representa uma maior participação na composição da receita arrecadada pelo órgão nos últimos exercícios, fato não ocorrido em 2020 em função da situação de isolamento social provocado pela COVID-19 ocasionando a interrupção das atividades normais de ensino presencial.

As **Transferências e delegações recebidas** representam 99,64% das variações patrimoniais aumentativas sendo composta por repasse e sub-repasse de recursos financeiro para pagamento de despesas empenhadas no exercício, transferências (recebidas e concedidas) de recursos financeiros para pagamento de restos a pagar, movimentação patrimonial que constitui disponibilidade de recurso financeiro por compensação de tributos e contribuições federais devido e transferências de bens móveis entre as unidades do órgão.

A variação apontada decorre do fato de ter havido menor volume de repasse financeiro resultante da execução orçamentária do exercício, representando uma redução de -1,81%, assim como menor volume de transferência para pagamento de restos a pagar, com redução de -32,65% em relação ao último trimestre de 2019. Após analise se percebe maior volume de repasse de despesa de pessoal, bem como de consumo de bens e utilização de serviço em 2019 e consequente redução em 2020. A demonstração em análise explicita maior execução de despesa com remuneração de pessoal para aquele último exercício (2019), em função de reconhecimento de passivo por gratificação em reconhecimento de saberes, referente a exercícios anteriores, na demonstração de despesa de pessoal - DDP do mês de novembro de 2019, haja vista que a suspensão das atividades presenciais não prejudicou a garantia da continuidade dos serviços educacionais sob a forma remota, logo a justificativa para a redução da rubrica de pessoal se correlaciona a um fato especifico ocorrido em 2019, conforme explicitado. Também se verifica menor volume de inscrição e execução dos restos a pagar em 2020, impactando assim em menor aporte de recurso para o pagamento

dos mesmos, em função do contexto que resultou na suspensão das atividades presenciais de ensino.

Observa-se que os sub-repasses são transferências de recursos financeiros realizados aos campi a partir dos repasses recebidos. Desse modo os mesmos não constituem acréscimo de recurso financeiro para o Órgão. No processo de consolidação das contas de transferências intragovernamentais do órgão as variações patrimoniais aumentativas dos campi intituladas como "sub-repasse" são adicionadas, contudo verificamos que as mesmas são subtraídas nas variações patrimoniais diminutivas, o mesmo ocorre com as transferências para pagamento dos restos a pagar.

A variação monetária apontada na **valorização e ganho c/ ativo e desincorporação de passivo** se refere a maior volume de desincorporação de passivo, por devolução de recurso de termo de execução descentralizada, sobretudo de programa de formação com oferta de curso técnico (médio-tec) e obras de construção dos centros de referências e campus avançado, bem como por prestação de contas junto a Funasa em decorrência de aquisição de equipamento para inovação de produto que vise fortalecer o SUS e junto a SPO/MEC, para formação indígena e aquisição de equipamentos para atividade acadêmica e administrativa no transcorrer do exercício de 2019, em confronto com o baixo volume de prestação de contas de TEDs em 2020 referentes a aquisições de computadores para o Campus Salvador, sistema fotovoltaico em Feira de Santana e climatização em Paulo Afonso, devolução de recurso não utilizado dos centros de referência de Monte Santo e São Desidério, assim como desincorporação de passivo de precatórios pelo TRF 1ª região, em decorrência de pagamento.

Os grupos relacionados ao desempenho financeiro (Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras e Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras), quando associados em conjunto (Resultado Patrimonial das VPA e VPD Financeiras), apresentam diminuição de déficit de -58,46%, passando de um resultado negativo de R$ -194,23 mil, em dezembro de 2019, para negativo de R$ -80,68 mil, em dezembro de 2020, o que representa uma melhora no desempenho financeiro de cerca de R$ 113,55 mil.

Abaixo, encontram-se as tabelas comparativas dos desempenhos financeiros apurados até dezembro de 2020, comparados ao mesmo período do ano anterior, bem como das variações comparativas relacionadas aos períodos mencionados.

Tabela 13 – Desempenho Financeiro apurado na DVP

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras (I)	**143,19**	**10.163,49**	**-98,59%**
Juros e Encargos de Mora	65,35	2.562,67	-97,45%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	77,84	7.600,82	-98,98%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras (II)	**80.822,25**	**204.395,46**	**-60,46%**
Juros e Encargos de Mora	64.450,13	191.171,43	-66,29%
Descontos Financeiros Concedidos	16.372,12	13.224,03	23,81%
Resultado Patrimonial das VPA e VPD Financeiras (I) - (II)	**(80.679,06)**	**(194.231,97)**	**-58,46%**

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Tabela 14 – Variação do Desempenho Financeiro dezembro 2020 x dezembro 2019

	Variação
Juros e Encargos de Mora	124.223,98
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-7.522,98
Descontos Financeiros Concedidos	-3.148,09
Total	**113.552,91**

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

A Variação Financeira corresponde ao confronto entre o volume de rendimento de aplicação financeira auferida no período, acrescido dos juros e multas incidente, sobretudo, de taxas de alugueis, deduzido dos acréscimos monetários, incidente especialmente de contribuições previdenciárias sobre serviços de

contratos continuados, serviços de energia elétrica, vencidas, e serviço de pessoas físicas do programa de qualificação profissional (médio-tec) pagos em atrasos, assim como descontos financeiros concedidos as taxas de alugueis, referente ao exercício de 2020 e 2019.

Pontua-se que os rendimentos de aplicações decorrem de pequenas receitas de convênios que, em conjunto com os juros e encargos ativos, possuem uma representatividade inexpressiva se considerado o montante global de variação patrimonial aumentativa.

Há que se considerar que o órgão não possui autorização legislativa para a aplicação financeira de suas receitas de arrecadação própria, as quais não têm contribuído para a melhora dos rendimentos de aplicação e consequentemente no desempenho financeiro.

A execução centralizada do orçamento de algumas unidades na sede da Reitoria contribuem para o aumento significativo dos juros e encargos de contribuição previdenciária e de energia elétrica, haja vista a viabilidade da logística documental, assim como a insuficiência periódica de repasses financeiros de alguns termos de execução descentralizados e manutenção de ensino. A melhora financeira de redução do déficit pode estar vinculada ao contexto de pandemia na saúde pública, ocasionando a suspensão das atividades presenciais.

Abaixo é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira:

Tabela 15 - DVP sem o Efeito das VPA e VPD Financeiras

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	**685.066.798,02**	**730.333.711,25**	**-6,20%**
Exploração e vendas de bens, serviços e direitos	180.393,56	1.196.446,91	-84,92%
Transferências e delegações recebidas	682.598.111,62	717.640.263,14	-4,88%
Valorização e Ganho c/ Ativo e Desincorporação de Passivo	1.305.514,53	10.836.963,53	-87,95%
Outras variações patrimonial aumentativa	982.778,31	660.037,67	48,90%
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	**681.168.959,95**	**825.907.461,25**	**-17,52%**
Pessoal e Encargos	464.194.332,19	489.627.287,46	-5,19%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	69.276.272,79	62.286.494,29	11,22%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	48.498.093,03	68.600.245,80	-29,30%
Transferências e Delegações Concedidas	64.482.524,02	73.800.610,44	-12,63%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	11.939.311,51	114.774.306,09	-89,60%
Demais VPD	22.778.426,41	16.818.517,17	35,44%
Resultado Patrimonial das VPA e VPD Não Financeiras (I) - (II)	**3.897.838,07**	**(95.573.750,00)**	**-104,08%**

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

Ao desconsiderar as VPA e VPD financeiras de ambos os períodos, tem-se um resultado positivo da ordem de R$ 3,90 milhões ao final de 2020 e negativo na ordem de -95,57 milhões em 2019.

Observa-se que a VPD de Pessoal e Encargos apresentou uma redução de R$ -25,43 milhões (-5,19%) em relação a 2019 em função de reconhecimento de passivo por gratificação em reconhecimento de saberes acumulados de exercícios anteriores, ocorrida na Demonstração de Despesa de Pessoal - DDP do mês de novembro de 2019. Também acresce ao fator de redução a implementação da rotina de baixa contábil das férias a partir de setembro de 2019 e, como o período de janeiro se concentra maior volume de baixa de férias, o impacto de maior volume de redução na remuneração de pessoal, em decorrência da realização da nova rotina, ocorreu em 2020, haja vista que a suspensão das atividades presenciais, com exceção do auxílio-creche e transporte, não impactou na redução desse grupo de despesa, uma vez que foi mantido a garantia da continuidade dos serviços educacionais prestados sob a forma remota, logo a redução se refere, sobretudo, a fato esporádico ocorrido a um determinado período, cujo montante superou a tendência de aumento da despesa de pessoal do período, conforme aumento dos benefícios previdenciários quando comparado ao mesmo período do exercício anterior com crescimento em 6,99 milhões, o equivalente a 11,22%.

Percebe-se que o Balanço Orçamentário não evidencia a redução das despesas de pessoal no exercício, quando comparado ao exercício de 2019, isso ocorre devido ao fato de agregar ao grupo das despesas

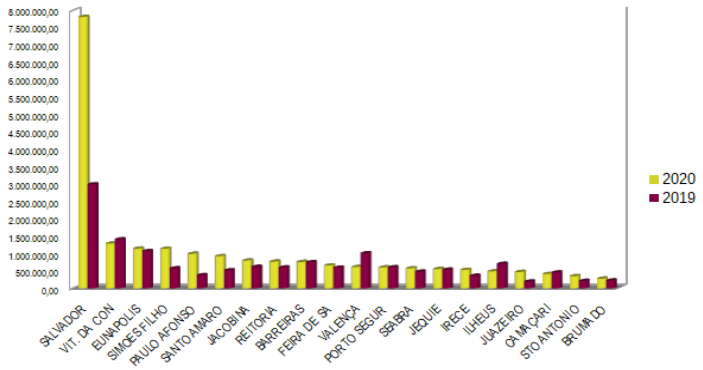
correntes de pessoal os encargos previdenciários com as despesas de aposentados e pensionistas, cuja elevação não favoreceu a evidencia da redução em pessoal ativo.

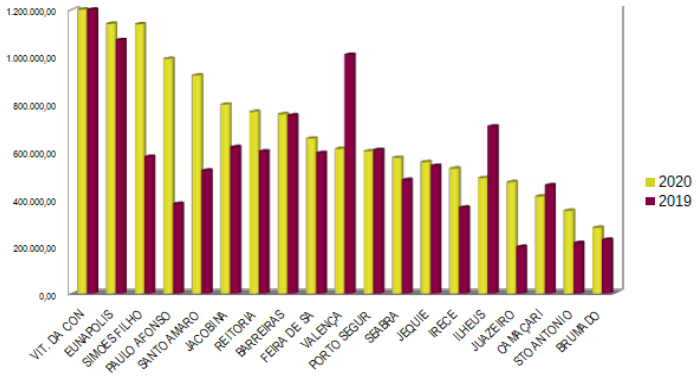
Já as VPD de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo teve uma redução de cerca de R$ -20,10 milhões (-29,30%), quando comparado ao mesmo período de 2019, em decorrência da redução dos serviços de contratos continuados, apoio administrativo e operacional, água canalizada e energia elétrica, serviço de pessoa física de programa de qualificação técnica, diária, materiais de consumo e alimentação, por motivo de suspensão das atividades visando atender ações de controle na saúde pública, haja vista contexto pandêmico.

Merece destaque a VPD de incorporação de passivos, um dos principais motivos do resultado negativo em 2019 que apesar de redução significativa em 2020, contribuí para elevação do passivo exigível, como obrigação de prestação de contas às unidades financiadoras das ações de estruturação e fortalecimento da politica pedagógica da rede, o qual se refere a novos termos de execução descentralizadas constituído no decorrer do exercício em curso, referente a execução de obras dos novos Campus avançados (Jaguaquara e Campus Formoso, Monte Santo, São Desidério, Casa Nova, instalação de galpão industrial em Brumado e Santo Amaro), acréscimos de recursos para oferta de curso de qualificação a aluno (médio-tec), implementação do projeto escola de futebol pelo Campus Jequié, aquisição de imobiliário para Brumado, Jequié, Valença e novos campus avançados, desenvolvimento de ações para capacitação e apoio técnico à elaboração de minutas de planos municipais de saneamento básico junto a FUNASA, ações de oferta de cursos FIC na modalidade EAD e de enfrentamento a COVID-19.

As demais VPD compreende um aumento nas despesas de incentivo educacional, ou assistência estudantil, representando 92,76% do total da rubrica, o equivalente a 21,13 milhões. Apesar da suspensão das atividades de ensino presencial, o aumento se justifica para atender ações em caráter emergencial, ocasionada por resolução a partir de deliberações junto ao Conselho Superior, visando garantir a assistência estudantil de alunos em situação de vulnerabilidade social com o propósito de amenizar os efeitos da crise de saúde, no contexto pandêmico de isolamento social. Pontua-se que 67,72% da despesa da assistência tiveram como marcadores orçamentário a ação de combate a COVID-19, sendo financiadas com recursos ordinários e de operação de crédito. Apenas as unidades de ensino de Salvador, Vitoria da Conquista e Eunápolis respondem por 48,45% do volume da assistência utilizada, conforme gráfico. Expurgando a Unidade de Salvador o gráfico apresenta um ciclo de variação mais visível para os demais campi.

Figura 4 - Campus x participação na composição dos incentivos educacional utilizado.





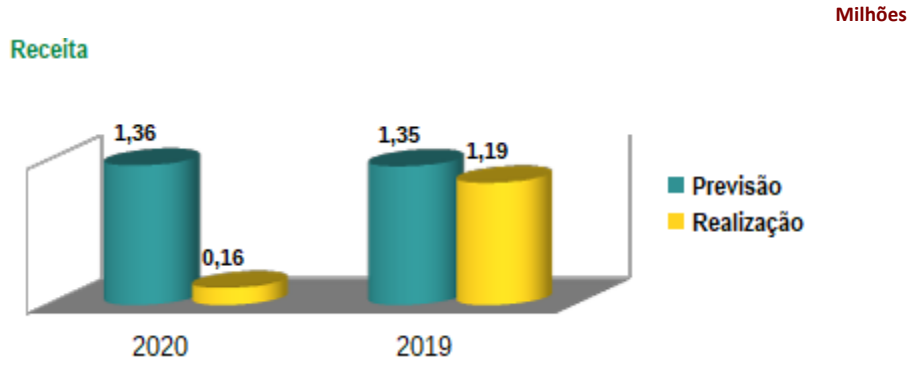
Conclui-se que as VPA e VPD financeiras por se constituir de valores em volumes inexpressivos, quando considerados os valores globais das variações patrimoniais não apresentam impactos relevantes no resultado patrimonial não financeiro, situação em que 97,89% do resultado se manteve inalterado, representando uma variação positiva de apenas 2,11%. Já o resultado não financeiro aponta perspectiva de melhora em relação ao exercício anterior ocasionado não pela geração de receita mas, sobretudo, pela redução de grupo de despesas, dentre as quais a despesa de pessoal ativo, conforme tabela.

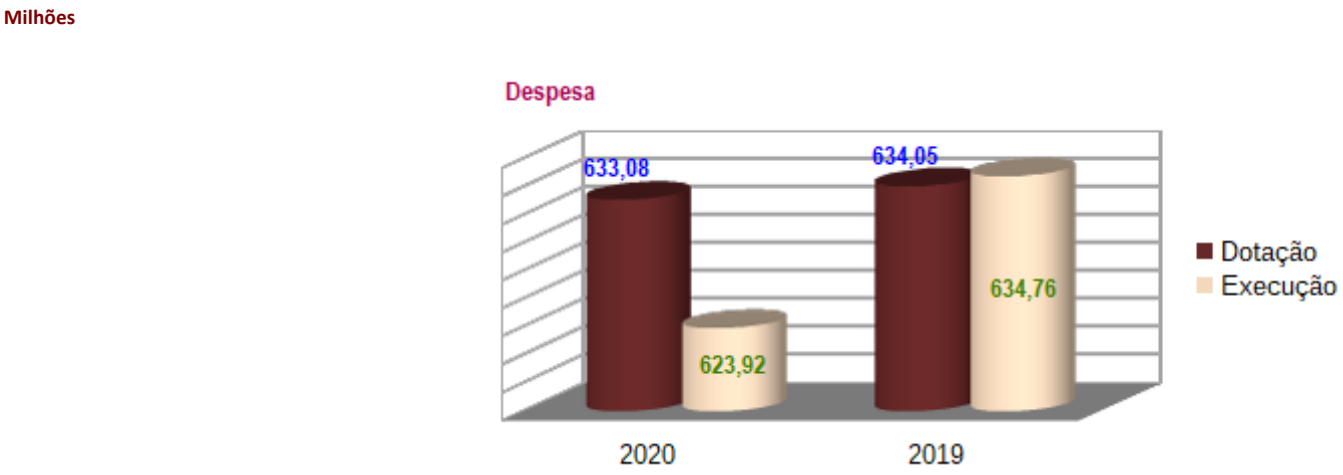
18 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário se constitui a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No gráfico a seguir se demonstra o comportamento das despesas empenhadas e das receitas correntes realizadas, em comparação com a respectiva dotação e previsão de receita corrente atualizada no exercício de 2020.

Figura 5 - Receitas e Despesas: previsão x realização - dotação x execução





Em 31/12/2020, o IFBA apresentou um saldo de receita corrente realizada no valor de R$ 0,16 milhões, enquanto que as despesas apresentaram um saldo empenhado no valor de R$ 623,92 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário na ordem de 623,75 milhões.

Observa-se que as receitas correntes realizadas correspondem aos esforços de arrecadação do próprio Órgão sendo composta principalmente por aluguéis (97,68%), oriundos, sobretudo, da unidade de ensino de

Salvador que responde por 83,94% dessa receita, haja vista contrato de concessão de uso de espaço para antena de operadora telefônica. O volume de despesas empenhadas são financiados sobretudo por repasse de recurso do Governo Federal, o qual não compõe o montante de receita arrecadada pelo Órgão, resultando no déficit apurado no período.

Quanto à analise das receitas próprias para a determinação do superávit, constituída no exercício atual, bem como os saldos remanescente de exercício anterior, o órgão prévio para 2020 uma arrecadação de1,36 milhões, porém com a suspensão das atividades presenciais de ensino, em função do contexto da pandemia na saúde pública e a determinação de distanciamento social, houve frustração em várias naturezas de receitas próprias, com impacto significativo nas receitas de alugueis e processo seletivo para cursos técnicos, não ocorrido no período, principal fonte de arrecadação do órgão, correspondendo a uma redução de -87,81% da previsão, o equivalente a R$ - 1,18 milhões de frustração no período, conforme Balanço Orçamentário. Esse índice, em termo de previsão e frustração, poderia ser ainda maior se não houvesse procedimento de reestimativa da receita, conforme orientação da setorial de órgão superior, no decorrer dos trimestres. Ao comparar a realização da receita no exercício anterior (2019), vide gráfico, verifica-se o impacto da redução da receita ocasionada pelo contexto social, arrecadando-se no exercício, para as receitas citadas, apenas R$ 164.086,79 mil.

Quanto ao superavit gerado pelas receitas próprias constituídas a partir de operação algébrica entre saldo que remanesce desse grupo de receita em caixa (ativo financeiro), deduzido das despesas a executar, resultante da execução orçamentária e independente da execução orçamentária (passivo financeiro), tem-se como resultado em 2019, R$ 1,18 milhões, conforme relatório extraído do SIOP, e para o exercício de 2020, considerando o saldo que remanesce em caixa (R$ 1,80 milhões) deduzido das despesas a executar, ainda em restos a pagar e a dotação executada para a fonte até o final do exercício (R$ 1,2 milhões), têm-se como resultado superavitário o valor nominal de R$ 596.751,79 para as receitas próprias.

Observa-se que esse resultado (superavit financeiro) decorre de saldos de arrecadação acumuladas de exercício anterior, acrescida das receitas arrecadadas no exercício à serem destinadas. Também se verifica ausência de procedimento de reclassificação dos grupos de fonte oriundas de exercício anteriores, cujos saldos em caixa não corresponde ao grupo de fonte arrecadada no exercício de 2020, principal motivo da inversão de saldo de apuração, quando considerado, o volume de despesas a executar com as fontes de exercício anteriores.

O empenho de despesas até o quarto trimestre de 2020 representou 98,55% da dotação atualizada para o exercício, enquanto a realização de receita corrente no período em análise alcançou 12,12% da previsão corrente atualizada, evidenciando economia de dotação de despesas correntes, sobretudo no grupo de pessoal e encargos, insuficiência de dotação de despesa de capital, haja vista a execução de termos descentralizados (TED) de outros órgãos e frustração de arrecadação em -87,88% para o exercício, esse último dado foi melhorado com ato de readequação da estimativa das receitas, dada a evidencia das frustrações ao longo do trimestre.

Também se evidencia na previsão de receita de capital para o exercício a possibilidade de realização de operação de crédito no mercado interno na ordem de 62,09 milhões. Apesar de não haver, no exercício, realização dessa receita de capital por parte do órgão se verifica que 100,23% dessa previsão pode estar associada a execução de despesa na fonte de operação de crédito (título de responsabilidade do tesouro nacional), o que corresponde a 62,24 milhões, cujo ingresso, 70,46%, ocorreu por meio de repasse.

Tabela 16-Receitas Correntes Realizadas Composição

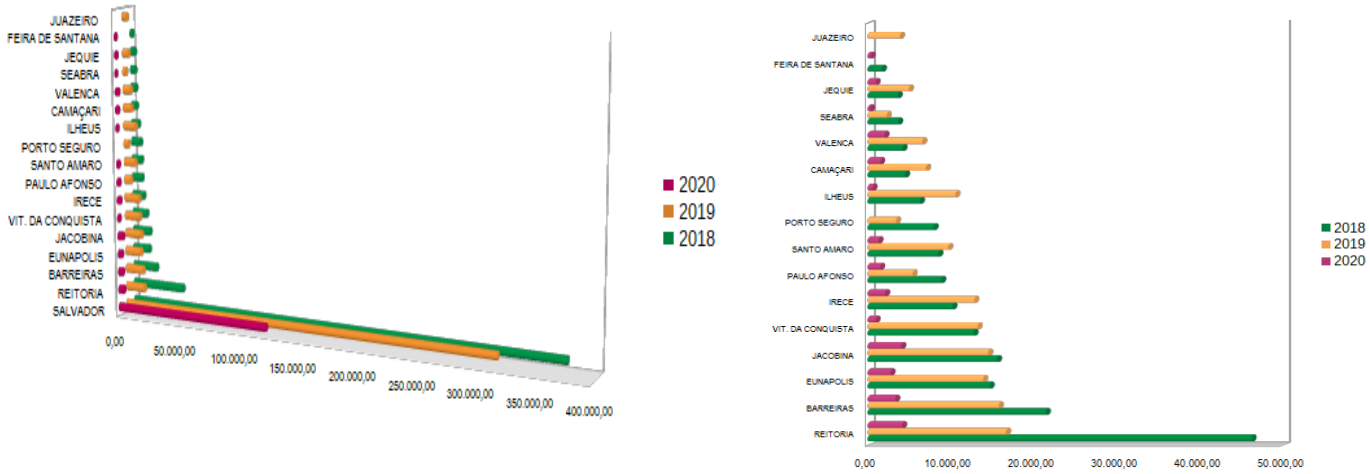
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Receita Patrimonial	160.654,35	472.285,03	-65,98%
Receitas de Serviços	3.510,00	721.399,57	-99,51%
Demais Receitas Corrente	229,17	-5.552,96	-104,13%
Total	**164.393,52**	**1.188.131,64**	**-86,16%**

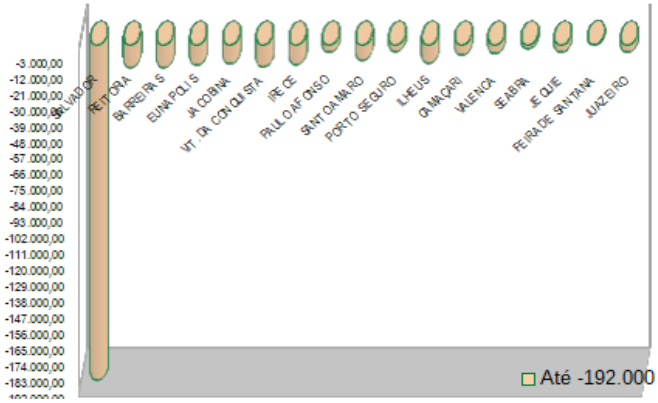
Fonte: SIAFI: 2020 e 2019.

As receitas patrimoniais são compostas por alugueis de espaço interno e os rendimentos provenientes da aplicação de recurso na conta única, representando 97,73% do montante de receita corrente arrecadado no exercício. A tabela evidencia uma redução de -65,98% em relação ao exercício anterior.

Verifica-se redução no volume de arrecadação da receita de aluguel no decorrer do exercício em todas as unidades, em decorrência da suspensão e redução de valores contratual, haja vista os impactos econômicos decorrente do contexto da pandemia e necessidade de isolamento social, com suspensão das atividades de ensino presencial, conforme segue demonstrado no gráfico abaixo, que apresenta o exercício de 2018 para melhor análise de oscilação entre os períodos e consequente impacto de variação em 2020. Nele se percebe que a unidade de ensino de Salvador possui o maior volume de participação nas receitas em decorrência de contrato de concessão de uso de espaço para antena de operadora telefônica, sem a unidade Salvador, com exceção da Reitoria, as oscilações possui menor variação para os demais campi nos exercícios anteriores.

Figura 6 - Campus :arrecadação X redução de receitas de aluguel: dez2019 x dez2020.





As receitas de serviços, categoria econômica receita corrente, são compostas por serviços administrativos e taxa de inscrição em concurso público para professor substituto. Em decorrência do contexto social que culminou na suspensão das atividades a arrecadação dessa categoria de receita no período foi inexpressiva, o saldo existente se refere a arrecadação ocorrida no primeiro trimestre antes do decreto de suspensão das atividades. As receitas de serviços é a principal fonte de receita própria do órgão, contudo se percebe uma variação significativa dessa receita no trimestre em relação a 2019 pela não ocorrências de processo seletivo para cursos técnicos em função do contexto citado.

As demais receitas agregam as devoluções de recursos, em volume expressivo, referente a salários de pessoal cedido, indenização de seguro veículo do campus de Paulo Afonso e devolução de recurso de convênio não utilizado junto à SEBRAE, cuja superação do montante ocasionou uma inversão de saldo no exercício anterior (2019).Nesse exercício o montante de devolução de despesa como ingresso orçamentário foi inexpressivo. Verifica-se que as devoluções que incluem salários ocorrido em 2020, referente a exercícios anteriores, superaram as devoluções de 2019 em 45,30%, porém como houve reclassificação dessas devoluções que deixou de compor a categoria de “demais receitas orçamentárias” em função da extinção da fonte 112, e passou a ser classificados como ingressos extraorçamentários, com marcação em fonte ordinária 8100, não é mais possível uma correlação com precisão no Balanço Orçamentário da integralidade dessas devoluções ocorridas no exercício, o qual ainda se evidencia pequenas devoluções da fonte extinta.

Os empenhos de despesas no período em análise somam a quantia aproximada de R$ 623,92 milhões, enquanto que no mesmo período de 2019, tal fase da execução da despesa pública montou a cifra de R$ 634,73 milhões.

Tabela 17 - Despesas Empenhadas Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
DESPESAS CORRENTES	614.236.508,48	626.997.661,22	-2,04%
DESPESAS DE CAPITAL	9.678.610,16	7.758.138,51	24,75%
TOTAL	**623.915.118,64**	**634.755.799,73**	**-1,71%**

Fonte: SIAFI, 2020; 2019.

As despesas correntes executadas em 2020 foram decrescentes em -2,04% em comparação a 2019, essa diminuição reflete as despesas de funcionamento institucional, uma vez que o Balanço Orçamentário evidencia um aumento nas despesas de pessoal e encargos em 1,06% em relação a 2019. Esse aumento reflete a elevação das despesas de encargos previdenciários, aposentados e pensionistas, haja vista redução da despesa de pessoal ativo, conforme aponta a demonstração de variação patrimonial, já explicitado acima.

Nesse exercício 2,38% das despesas empenhadas se destinaram ao enfrentamento da COVID-19, sendo distribuídas em despesas correntes, o equivalente a R$ 14,80 milhões e despesas de capital R$ 0,80

milhões para várias unidades da rede.

Verifica-se insuficiência de dotação orçamentária para as despesas de capital nos dois exercícios em análise, o que representa -3,82% e -28,52% da dotação para ambos períodos, com crescimento na execução dessa despesa em 24,75% para 2020. A insuficiência de dotação aponta para a execução, pelo órgão, de parcela orçamentária de outros órgãos, do qual foram firmados termos de execução descentralizadas – TEDs. Também se verifica ato de remanejamento de ação dos créditos de custeio para investimentos.

Tabela 18 - Despesas Correntes Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Pessoal e Encargos Sociais	512.089.490,80	506.741.849,73	1,06%
Outras Despesas Correntes	102.147.017,68	120.255.811,49	-15,06%
TOTAL	**614.236.508,48**	**626.997.661,22**	**-2,04%**

Fonte: SIAFI, 2020; 2019.

As despesas de pessoal representam 83,37% do total das despesas correntes, dentre as quais 92,33% já foram liquidadas e pagas, evidenciando uma perspectiva de saldo para inscrição em restos a pagar processados a ser pago de 7,57% e não processado a ser liquidado em 0,09%. O Balanço Orçamentário começa a evidenciar saldo de restos a pagar processado das despesas de pessoal a partir do primeiro trimestre de 2019, haja vista os pagamentos passar a ocorrer no mês seguinte a competência, como mudança de rotina. No exercício de 2020 haverá saldo de restos a pagar não processado das despesas de pessoal, haja vista decisão de reversão das retenções de plano de saúde, ocorridas no primeiro semestre em folha, em favor dos beneficiários, em decorrência de rescisão contratual da empresa UNIMED, por inexecução de serviços prestados em discussão, e a imprecisão das estimativas ainda a restituir aos beneficiários do plano.

As outras despesas correntes destinadas à manutenção do funcionamento da instituição de ensino, pesquisa e extensão representam 16,63% do total das despesas correntes empenhadas, destas, 74,40% já foram liquidadas e pagas, mediante reconhecimento do direito do credor, com a apresentação de títulos e documentos comprobatório da despesa, evidenciando uma perspectiva de 23,03% do saldo empenhado para inscrição em restos a pagar não processado (RPNP) a ser liquidado e 2,57% em restos a pagar processados (RPP) a ser pago, o qual compõe as obrigações de curto prazo apresentada no passivo circulante do Balanço Patrimonial ao final do exercício.

Observa-se, conforme dados extraído do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOP, que 14,48% das outras despesas correntes atenderam às ações de combate à COVID-19 em todo órgão, destas, 94,23% já foram liquidadas e pagas, evidenciando uma perspectiva de 6,27% para inscrição em restos a pagar, o equivalente a 0,93 milhões, conforme segue distribuição das despesas em gráfico abaixo: Nela se verifica que 96,71% das despesas se concentraram em auxílio financeiro à alunos em situação de vulnerabilidade social, 62,59% da mesma foram financiadas com fonte de recurso da própria assistência ao aluno (fonte ordinária), sendo os demais, 37,41%, proveniente de recurso de operação de crédito, inseridos nos marcadores da regra de ouro com as fontes dos títulos de responsabilidade do tesouro nacional. A figura 4, já apresentada acima, evidencia a distribuição da despesa de assistência estudantil por campi, a qual contém parcelas destinadas às ações de enfrentamento da COVID-19.

Figura 7 - Distribuição das despesas correntes de combate à COVID-19.

Tabela 19 - Despesas de Capital Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Investimentos	9.678.610,16	7.758.138,51	24,75%
TOTAL	**9.678.610,16**	**7.758.138,51**	**24,75%**

Fonte: SIAFI, 2020; 2019.

As despesas de capital tiveram crescimento de 24,75% em relação ao exercício de 2019,tendo em vista a proposta de aquisição de ativo fixo para expansão, restruturação e modernização da rede, sobretudo para os novos campi avançado e centros de referência. 21,35% já foram liquidadas e pagas, o equivalente a R$ 2,07 milhões, deste, 59,68% se destinaram a aquisição de tablets para a garantia da manutenção do ensino a alunos carentes na modalidade remota, evidenciando uma perspectiva de saldo para inscrição em restos a pagar processados a ser pago de 0,59% e não processado a ser liquidado em 78,06%. Observa-se que 0,83% das despesas de investimentos terão como finalidades ações de enfrentamento a COVID-19, haja vista perspectiva de inscrição em restos a pagar para utilização, conforme segue gráfico de distribuição abaixo.

Figura 8 - Distribuição das despesas de capital de combate à COVID-19.

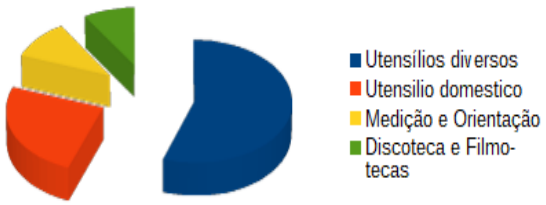


Tabela 20 - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados

Restos a pagar processados e não processados liquidado

Ano de Inscrição	Montante em 01 de Jan/2020	Pagos	Cancelado	Saldo a pagar em dez/2020
2019	41.324.678,51	41.316.332,03	47,06	8.299,42
2018	804.382,63	797.581,21	110,00	6.691,42
2017	1.065.644,54	988.421,27	68.771,90	8.451,37
2016	51.751,70	43.847,00		7.904,70
2015	2.830,08			2.830,08
2014	30.912,27			30.912,27
2013	554,92			554,92
2012	1.297,80			1.297,8
TOTAL	**43.282.052,45**	**43.146.181,51**	**68.928,96**	**66.941,98**

Fonte: Tesouro Gerencial: dez20

Restos a pagar não processados

Ano de Inscrição	Montante em 01 de jan/20	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar em dez/2020
2019	32.525.170,43	17.795.308,35	17.696.811,30	936.531,80	13.891.827,33
2018	14.529.338,60	7.558.508,04	7.558.508,04	2.762.486,90	4.208.343,66
2017	1.554.979,45	387.414,76	387.414,76	1.167.564,69	
TOTAL	**48.609.488,48**	**25.741.231,15**	**25.642.734,10**	**4.866.583,39**	**18.100.170,99**

Fonte: Tesouro Gerencial: dez/20

- Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados

A tabela mostra a composição dos restos a pagar processados do IFBA no quarto trimestre 2020 x 2019.99,69 dos restos a pagar processados já foram liquidados e pagos até o 4º trimestre de 2020, mantendo-se um saldo de 0,15%, o que corresponde ao valor de R$ 0,67 milhões, grupo outras despesas correntes, dentre as quais compõe, em volume significativo (72,19%), despesa com auxilio financeiro a aluno, pesquisa e pessoa física referente ao programa de oferta de curso técnico (médio-tec). Percebe-se compor o saldo a executar despesa de capital já paga sem suporte orçamentário, desse modo o saldo correspondente estará em processo de analise para baixa, 99,97% do cancelamento refere-se a obras de instalações no campi Irecê.

- Restos a Pagar Não Processados

A tabela mostra a composição do saldo do quarto trimestre de 2020, dos restos a pagar não processados inscritos e reinscrito, o que corresponde ao volume de despesas global no valor de R$ 48,61 milhões.52,75% dos restos a pagar não processados, inscritos e reinscrito, já foram liquidados e pagos até o último trimestre de 2020. 10,01% desse volume foram cancelados, mantendo-se um saldo de 37,24% a serem executados nos exercícios subsequentes, o que corresponde a R$ 18,10 milhões. O cancelamento apresentado se refere sobremaneira a saldo remanescente de auxílio financeiro a aluno, serviços de contratos continuados e outros serviços não executáveis (78,89%).

Observa-se que o grupo outras despesas correntes representa 57,35% do total de despesas inscrita e reinscrita a executar, composta, sobretudo, por serviços de terceiros pessoa jurídica, em especial, serviço técnicos, operacionais e de manutenção de imóveis,serviço de pessoa física (GECC), serviço de contrato continuado, assim como material de assistência social e consumo, a ser entregue e a ser pago. No quarto trimestre de 2020 foram executados 52,83% do grupo outras despesas correntes.

Grupo de Despesa	Inscrito/Reinscrito	Liquidados	Cancelados	Pagos	Saldo	AV%
Pessoal e encargos sociais	7.954,21		7.954,21			
Outras despesas correntes	31.565.097,08	16.774.169,47	4.508.653,31	16.675.672,42	10.380.771,35	57,35%
Investimentos	17.036.437,19	8.967.061,68	349.975,87	8.967.061,68	7.719.399,64	42,65%
TOTAL	**48.609.488,48**	**25.741.231,15**	**4.866.583,39**	**25.642.734,10**	**18.100.170,99**	**100%**

Fonte: Balanço Orçamentário SIAFI 2020

As despesas de investimentos são compostas por obras, em especial para os campus avançados de Campos Formoso e Jaguaquara a executar, e ativo fixo, sobretudo saldo remanescente para instalação das usinas fotovoltaicas em várias unidades a ser entregue, representando 53,38% do total das despesas inscritas e reinscrita a executar. Em 2020 foram executadas 52,63% das despesas de investimentos.

Tabela 21 –Composição dos Restos a Pagar Não Processados inscritos e reinscrito por UG.

UnidadeExecutora	Total	%
INST. FED. DA BAHIA/REITORIA	14.791.271,58	81,72%
INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS SALVADOR	634.012,78	3,50%
INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS V. CONQUISTA	439.990,96	2,43%
INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS S. AMARO	313.818,03	1,73%
INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS ILHEUS	225.511,04	1,25%
INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS PORTO SEGURO	194.242,59	1,07%
INST. FED. DA BAHIA/CAMPI EUNAPOLIS	191.670,46	1,06%
INST. FED. DA BAHIA/CAMPI VALENÇA	156.256,89	0,86%
NST. FED. DA BAHIA/CAMPI JACOBINA	151.804,21	0,84%
DEMAIS	1.002.592,45	5,54%
TOTAL	**18.100.170,99**	**100%**

Fonte: SIAFI 2020

A Reitoria é o órgão que possui o maior volume de restos a pagar não processados inscritos quando considerado apenas o orçamento proveniente das unidades executoras (UG's) vinculadas à sua estrutura,

detendo 81,72% do total geral. Isso ocorre devido ao fato da mesma concentrar a execução dos termos de execução descentralizadas, sobretudo obras de construção dos novos centros de referências e campus avançados, pretensão de aquisição de equipamento energético para instalação das usinas fotovoltaicas na rede IFBA, apoio para a elaboração de planos municipais de saneamento básico e oferta de cursos de qualificação técnica.

O Campus Salvador concentra o maior número de aluno e compõe o segundo maior volume de orçamento, o qual representa 3,50% dos restos a pagar de todo órgão. Verifica-se que o seu saldo decorre de forma significativa de serviço de contrato continuado e de manutenção e conservação de bens imóveis. A unidade de Vitoria da Conquista evidencia de forma significativa saldo remanescente de material de distribuição gratuita, contratos continuados e serviço de manutenção predial.

Tabela 22 –Composição dos Restos a Pagar Não Processados inscritos e reinscrito por Fornecedor.

RAZÃO SOCIAL	VALOR	%
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	4.340.698,57	23,98%
G.S. CONSTRUCOES EIRELI	4.120.390,40	22,77%
CSG ENGENHARIA LTDA	3.089.466,82	17,07%
RENOVAR ENGENHARIA LTDA	829.119,34	4,58%
FUNDACAO ESCOLA POLITECNICA DA BAHIA	826.575,11	4,57%
COORD.GERAL DE ORCAMENTO, FINANCAS E CONTAB.	623.081,85	3,44%
S.S. EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI	605.077,38	3,34%
SULCLEAN SERVICOS LTDA	497.548,09	2,75%
GUARDSECURE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA	391.842,66	2,17%
BAHIA CESTAS LTDA	331.737,61	1,83%
ART PROJETOS CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	279.414,46	1,54%
INST. FED. DA BAHIA/CAMPUS SANTO AMARO	236.541,47	1,31%
HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA	72.291,35	0,40%
ARCANJO COMERCIO EIRELI	63.375,15	0,35%
CENTRAL MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	58.644,00	0,32%
COMERCIAL DE ALIMENTOS INDEPENDENCIA EIRELI	57.824,02	0,32%
DEMAIS	1.676.542,71	9,26%
TOTAL	18.100.170,99	100%

Os fornecedores Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia (Reitoria), CSG Engenharia Ltda e G.S Construções EIRELI, representam 63,82% do montante total inscrito e reinscrito em restos a pagar a executar. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) **INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA:**Serviço de oferta de cursos de educação profissional e tecnológico (Médio-TEC) a executar, bem como auxílio a pesquisadores e assistência ao educando a realizar, assim como Serviço de oferta de curso decorrente de Termo de Cooperação Técnica com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional - FNDE- na modalidade EAD E FIC EM 10 municípios da Bahia a concluir.

(b) **CSG ENGENHARIA LTDA**: Serviço de execução de obras de construção do campus de Jaguaquara e Campo Formoso.

(c) **G.S CONSTRUÇÕES EIRELI:** Aquisição de usinas fotovoltaicas para vários campi, através do IF Sul de Minais, conforme RDC 003/2018, constante no extrato SRP nº 65, publicado no DOU em 19/07/2019.

O principal valor do grupo fornecedor em restos a pagar se refere ao fornecedor Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia (Reitoria).

Considerando o número excessivo de credores beneficiário de bolsa e auxílio financeiro (alunos e pesquisadores) é admissível a emissão de empenho em nome da própria unidade gestora, haja vista a inviabilidade operacional de uma nota de empenho para cada credor, conforme macrofunção 021213, item 2.6.5.5. As bolsas e auxílios financeiros estão relacionados a auxilio financeiro a pesquisador extensionista, visando, além do ensino e a pesquisa, a capacitação e apoio técnico na elaboração de 50 planos municipais de saneamento básico, conforme Termo de Cooperação junto a FUNASA-DF (691006), Termo de Cooperação do MedioTec (691273/691387) junto ao FNDE, para a oferta de curso de educação profissional e tecnológica.

Do volume dos restos a pagar não processado em 2020 a ser reinscrito, 42,65% corresponde a pretensão de aquisição de ativos fixos, sobretudo saldo remanescente para instalação das usinas fotovoltaicas de várias unidades e obras, o equivalente a R$ 7,72 milhões, os demais se referem à ação de execução de serviço de apoio a implantação de planos de saneamento básico, manutenção de imóveis, serviço de pessoa física (GECC), auxilio concedido para a execução do programa médio-tec, serviço de contrato continuado, bolsa estudantil e material de assistência social, a ser entregue.

19-Resultado Financeiro

O resultado financeiro no quarto trimestre de 2020 foi deficitário em R$ -0,31 milhões e sua formação é detalhada na tabela apresentada na sequência, comparando-o com o mesmo período de 2019.

Tabela 23- Resultado Financeiro

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Receita Orçamentária	**164.393,52**	**1.188.131,64**	**-86,15%**
Despesas Pagas	550.882.237,50	560.905.950,79	-1,79%
	(550.717.843,98)	**(559.717.819,15)**	**-1,61%**
Transferências Financeiras Recebidas	681.236.351,60	713.694.337,38	-4,55%
Transferências Financeiras Concedidas	62.873.721,67	69.987.794,78	-10,16%
	618.362.629,93	**643.706.542,60**	**-3,94%**
Recebimentos Extraorçamentários*	2.394.385,62	2.264.879,14	5,72%
Pagamentos Extraorçamentários	70.345.363,75	83.640.818,03	-15,90%
	(67.950.978,13)	**(81.375.938,89)**	-16,50%
Resultado Financeiro do Exercício	**-306.192,18**	**2.612.784,56**	**-111,72%**

*Exceto valores a inscrever em RP
Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

Em 31/12/2020, o IFBA apresentou um saldo de receita ordinária e vinculada de R$ 0,16 milhões, sendo R$ 1,19 milhões de saldo em 31/12/2019, o que representa uma variação monetária negativa de -86,15% correspondendo a uma redução de -1,02 milhão, aproximados, em relação ao quarto trimestre do exercício anterior.

A redução se deve, sobretudo, em função dos impactos econômicos decorrente do contexto da pandemia e necessidade de isolamento social, com suspensão das atividades de ensino presencial culminando no menor volume de arrecadação da receita de aluguel no exercício em todas as unidades, podendo-se supor suspensão ou redução de valores contratuais, assim como arrecadação inexpressiva nas taxas de concurso

público previsto para o período por consequente ausência de processo seletivo para curso técnicos.

Pontua-se que nas receitas orçamentárias constam receitas de alugueis, serviços administrativos e taxa de concurso público, assim como rendimento de aplicação financeira e acréscimos com multas cobrados sobre os serviços de alugueis e taxa de concurso público.

No quarto trimestre de 2020 se verifica que as receitas provenientes de arrecadação própria diminuíram na proporção de -79,32%, em relação ao mesmo período do exercício anterior, evidenciando variação monetária negativa em decorrência dos fatos já explicitados na arrecadação de aluguel e taxa de concurso público.

Observa-se que também agrega essas receitas pequeno montante de indenizações ao erário em cumprimento ao art. 46 da lei 8.112/90 de devolução de salários, bolsas estágios, auxilio pesquisador e diárias, da extinta fonte 0112, em volume expressivo nos trimestres de 2019, uma vez que as devoluções de salários, nesse exercício, tem ocorrido nas fontes ordinárias (8100), passando a compor os recebimentos extra-orçamentários.

As despesas Orçamentárias são compostas por pagamentos realizados de todas as despesas do Órgão, empenhadas no exercício, tais como pessoal, encargos, benefícios previdenciários e assistências, incentivos, aquisição de bens de uso, consumo e serviços correntes e de capital, dentre outras, as quais representam 88,29% do total das despesas orçamentárias e teve uma redução de -1,79%, conforme tabela, em relação ao exercício de 2019. A redução foi evidenciado no pagamento das despesas de funcionamento institucional, já que o Balanço Orçamentário evidencia aumento dos pagamentos das despesas de pessoal em 0,69%, o equivalente a R$ 3,22 milhões, assim como aumento dos pagamentos das despesas de investimentos, em 418,50%, o equivalente a 1,67 milhões, em relação a 2019.

As transferências financeiras recebidas são constituídas por repasse e sub repasse de recursos financeiros para pagamento de despesas empenhadas no exercício, transferências de recursos financeiros para pagamento de restos a pagar e movimentação patrimonial que se constitui como disponibilidade de recurso financeiro por compensação de tributos, contribuições federais e pagamento de despesas para unidade da mesma esfera, através de Guia de Recolhimento da União.

A variação apontada decorre do fato de ter havido menor volume de transferência financeira resultante da execução orçamentária e de transferências para pagamento de restos a pagar no último trimestre de 2020, em -1,81% e -32,65%, em comparação com o exercício anterior. A redução nas transferências resultante da execução orçamentária se deve, sobretudo, em decorrência de redução das despesas de funcionamento institucional no transcorrer do exercício de 2020, diminuição do consumo de bens e utilização de serviços no exercício, como efeito da suspensão das atividades presenciais, em decorrência do contexto social, também compõe a redução da despesa, com impacto nos repasses as despesas de pessoal ativo, por fatoresespecífico, conforme explicitado acima. A redução dos repasses para pagamento das despesas de restos a pagar referem-se, sobremaneira, nas fontes de funcionamento institucional, com redução de -38,90% para a fonte de manutenção do ensino, assim como redução em outras fontes, (fundo social-participação destinada a educação, -37,61%) podendo ser justificado pelo menor volume de despesas liquidadas de custeio e investimento no exercício na proporção de -27,17%, o equivalente a -11,81 milhões em comparação ao exercício de 2019, 94,18% dessa redução se refere a despesa de investimento, em decorrência da construção dos novos centros de referências e campus avançados por meio de TEDs.

As transferências financeiras concedidas são compostas por sub-repasse de recurso financeiro concedido às unidades vinculadas, repasse à UFBA para funcionamento de rede remessa de atividade, transferências de recursos financeiros para pagamento de restos a pagar e movimentação patrimonial constituídas por devolução de despesas de exercício anterior ao tesouro nacional, sobretudo de salário e deduções sobre os mesmos, conforme 20RA0015/28/31.

A variação apontada denota maior transferências às unidades vinculadas no exercício anterior em decorrência de maior liquidação de despesa naquele exercício tanto para pagamento de despesas do

exercício quanto para os restos a pagar, conforme fatores já explicitado do contexto social de suspensão das atividades no exercício em análise. No exercício anterior as transferências de restos a pagar se concentraram, além da assistência e contratos continuados, em execução de termos descentralizados para obras e equipamentos em vários campi, no exercício atual se verifica a manutenção dos contratos continuados, serviços técnicos e operacionais e a constituição de ativos fixos em menor volume.

O confronto das transferências recebidas com as transferências concedidas responde, em parte, pelo saldo de recurso recebido para a garantia do pagamento das despesas do período, uma vez que no resultado se verifica as devoluções a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em especial de salários de exercício anterior, as transferências concedidas à UFBA, em decorrência do Projeto Remessa para uso de rede, assim como a movimentação das fontes próprias entre unidades vinculadas, as quais não compõe as transferências financeiras recebidas.

Dentre os pagamentos extra-orçamentários, cerca de 97,79% se referem ao pagamento dos restos a pagar no montante de R$ 68,79 milhões. A variação deriva de maior volume de pagamento de despesa com despesas de custeio e, sobretudo, investimento, tendo em vista a construção, reestruturação e modernização das novas unidades oriundas de termos de cooperação em 2019. Embora o volume de ordem bancaria cancelada no exercício tenham sido menor, em relação a 2019, verifica-se maior montante de devoluções de salários à STN no exercício em análise, com aumento de 63,19%, em relação a 2019, podendo-se supor ressarcimento em decorrência de pagamento de gratificação de saberes em duplicidade, por via judicial e administrativa.

20 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao Resultado Financeiro. Dessa forma, no quarto trimestre de 2020, o resultado apurado pelo órgão foi negativo em R$ -0,31 milhões, representando uma piora em relação ao mesmo período do exercício anterior, quando a geração líquida de caixa foi positiva em R$ 2,61 milhões, conforme tabela a seguir.

Tabela 24 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa Formação

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Atividades Operacionais	12.165.364,43	24.537.271,25	-50,42%
Atividades de Investimento	-12.471.556,61	-21.924.486,69	-43,12%
Atividades de Financiamento			
TOTAL	**-306.192,18**	**2.612.784,56**	**-111,72%**

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

(a) Atividades Operacionais

Segundo informações extraídas da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), as ações que mais contribuíram para a geração positiva da atividade operacional foram a redução do desembolso na educação, em relação ao funcionamento institucional, sobretudo nos contratos continuados e serviços técnicos e operacionais, somado ao fato da mudança na rotina de pagamento da folha que passou a ocorrer no mês subsequente a competência, situação em que consta no desembolso do exercício sob análise os pagamentos de salário do mês de dezembro de 2019, porém no ingresso contém os repasses do salário de dezembro de 2020, com acréscimo para esse último período de 3,17% em relação ao exercício anterior, assim como o fato de compor os ingressos das atividades operacionais os repasses de recurso para o pagamento das atividades de investimentos, o que favoreceu significativamente o volume da variação positiva da atividade operacional.

O contexto social que culminou na suspensão das atividades presenciais, adicionada a maior volume de execução de termos de execução centralizada, para construção dos campi avançado e centros de referências, favoreceu maior fluxo de caixa das atividades operacionais para o exercício de 2019, com redução de -50,42% para o ano de 2020. Conforme já explicitado compunha os ingressos das atividades

operacionais daquele último exercício os repasses para a garantia do pagamento dos investimentos, soma-se a variação negativa a regra de devolução de saldos remanescentes à STN no encerramento do exercício, previsto no art. 4º do Decreto 10.249/20, como medida de otimização na alocação de recursos financeiros disponibilizados até o final de 2020, desse modo, com exceção das obrigações trabalhistas, embora houvesse passivo de curto prazo pendente de pagamento, os saldos em caixa nas fontes do Tesouro Nacional foram devolvidos às Setoriais de órgãos Superior, com impacto nos ingressos, no que tange aos valores liberados no exercício.

Conforme já explicitado nos parágrafos anteriores, compõem os ingressos as transferências realizadas para pagamento de pessoal, cuja saída impactará o fluxo de caixa das atividades operacional no mês subsequente e, desse modo, a proporção entre ingresso e desembolso não possui uma correlação direta com os pagamentos evidenciados. As despesas de pessoal respondem por 79,30% do item desembolso com educação e, 10,19%, desse, referem-se a despesa com pessoal do último trimestre de 2019, cujos ingressos de recurso financeiro não compõem a atividade operacional do trimestre em análise, haja vista se tratar de saldo em caixa oriundo de exercício anterior. Quanto ao impacto das variações concernentes aos pagamentos das despesas de pessoal, percebe-se que embora não evidenciado no balanço orçamentário, haja vista a agregação dos encargos, a demonstração das variações patrimoniais aponta maior volume de execução de despesa de pessoal ativo para o exercício de 2019, em decorrência de pagamento de gratificação de reconhecimento de saberes acumulados de exercícios anteriores, ocorrido naquele último exercício, refletindo dessa forma em maior volume de ingresso naquele período com menor índice de variação positiva desse grupo de despesa no exercício sob análise.

No término de 2020, os ingressos relacionados às atividades operacionais, no valor de R$ 683,80 milhões, tiveram redução de -4,65% em relação ao mesmo período de 2019, enquanto que o desembolso, no valor de R$ 671,63 milhões, teve uma diminuição de -3,03%. O resultado positivo, no valor de 12,17 milhões, foi menor do que aquele apresentado no mesmo período de 2019, resultando em uma diminuição de -12,37 milhões, em função dos fatos já explicitados nos parágrafos anteriores.

Tabela 25 – Fluxo de caixa das Atividades Operacionais

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Ingressos (I)	**683.795.130,74**	**717.147.348,16**	**-4,65%**
Receitas Patrimoniais e Outras	164.393,52	1.188.131,64	-86,16%
Transferências Correntes Recebidas			
Outras Ingressos das Operações	683.630.737,22	715.959.216,52	-4,52%
Desembolso (II)	**-671.629.766,31**	**-692.610.076,91**	**-3,03%**
Pessoal e demais despesas	-531.169.499,76	-554.931.236,23	-4,28%
Juros e Encargos da dívida			
Transferências Concedidas	-76.030.096,74	-65.940.424,10	15,30%
Outros Desembolsos das operações	-64.430.169,81	-71.738.416,58	-10,19%
TOTAL (III = I-II)	**12.165.364,43**	**24.537.271,25**	**-50,42%**

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

A redução nas Receitas Patrimoniais e demais se deve em função da baixa arrecadação nas receitas de alugueis e inexpressiva arrecadação nas taxas de inscrição de concurso público, haja vista contexto social de pandemia que resultou em suspensão das atividades de ensino presencial e ausência de processo seletivo para curso técnico.

Nas transferências financeiras recebidas, grupo outros ingressos operacionais, constam os ingressos-intra, estando agregado aos sub-repasses dos campi, os quais não representam um ingresso efetivo, motivo pelo qual se verifica na composição do saldo do desembolso da demonstração do fluxo de caixa, grupo outro desembolso das operações, a dedução das transferências financeiras concedidas, o equivalente a R$ 61,93 milhões.

O desembolso referente a pessoal e demais despesas se referem a pagamento de aposentados e pensionistas, o qual evidencia um acréscimo de 6,14%, em relação a 2019, tendo por maior volume o grupo

"educação", em que 79,30% do seu saldo, o equivalente a R$ 364,35 milhões é composto por folha com pessoal ativo da União, representando uma redução de -3,40%, quando comparado ao montante de pagamento realizado em 2019, o equivalente a R$ 377,16 milhões, os demais correspondem a despesas com manutenção para o funcionamento institucional tais como material de consumo, serviços de terceiros, diárias, bolsa estudantil, pesquisa, benefícios, dentre outros, representando uma diminuição de -13,37% em 2020, em comparação ao mesmo período de 2019. Essa redução reflete a diminuição nos pagamentos do funcionamento institucional, em especial, os serviços técnico e operacional, sobretudo, contratos continuados, excetua-se no contexto de redução a bolsa estudantil que teve acréscimo de 46,67% no desembolso do exercício como enfrentamento à pandemia, para assistência aos alunos em situação de vulnerabilidade social.

Permanece em vigência o termo de cooperação técnica com a Fundação Nacional de Saúde para capacitação e apoio na elaboração de planos municipais de saneamento básico, conforme processo nº. 25130.006361/2016-81 e TED nº 04/2017. A despesa foi segregada em auxílio pesquisador, bolsa estudo e prestação de serviço a ser realizado pela Escola Politécnica da Bahia, sendo pago no período em análise:31,81% para auxílio pesquisador, 2,81% para bolsa estudo e 65,38% para serviço do montante evidenciado nessa Demonstração Financeira, correspondendo ao valor de R$ 1,51 milhões, representando 92,31% da execução financeira do termo de cooperação.Também permanece em vigência o termo de cooperação técnica com a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa do Direito do Torcedor/ME para implantação do projeto escola de futebol no campi de Jequié com 100% de execução financeira evidenciado na demonstração contábil.

As transferências concedidas correspondem a pagamentos efetuados a entes pertencentes ao Governo Federal, 99,44% correspondem a obrigações previdenciárias do órgão, encargos patronais de ativos, regime próprio e geral.

(b) Atividades de Investimentos

Em relação ao fluxo de caixa das "atividades de investimento", ao final de 2020, o IFBA apresentou um saldo de **aquisição de ativo não circulante** no valor de R$ 12,47 milhões, correspondendo a uma redução de -43,12% em relação a 2019, os quais são compostos, sobretudo, por obras em andamentos (72,08%) para a construção dos campi avançado e centros de referências. Concluído o exercício se verifica diminuição dos gastos com obras em -46,76% e bens móveis em -24,14% em comparação ao ano de 2019, em função do impacto de suspensão das atividades de ensino presencial como consequência, podendo-se também supor tendência de conclusão das mesmas. Embora se perceba maior dotação orçamentária do grupo para o exercício, há evidências de significativa redução das inscrições de restos a pagar em 2020 e consequente pagamento, considerando os pagamentos de apenas 37,36% da execução da despesa de capital para 2020, sendo 50,46% pagos em 2019.A ausência de ingresso nessa atividade evidencia que a mesma tem sido a principal responsável pela geração liquida de caixa negativo no período. Os investimentos são integralmente financiados com os ingressos da atividade operacional e o resultado negativo da geração liquida de caixa no exercício não se traduz em insuficiência financeiro ou ausência de caixa para a garantia do desembolso das atividades, mas, ao volume de movimentação de caixa ocorrido no período, em relação ao exercício anterior. A redução da arrecadação das receitas próprias pelo órgão no decorrer do exercício, assim como a devolução de saldos à STN que remanesceram ao final do exercício, para atender ao Decreto de Programação Financeira, já mencionado acima pode ser a principal causa da geração liquida de caixa negativa.

Glossário

Este glossário objetiva auxiliar a interpretação dos termos técnicos utilizados neste documento. Contudo, não altera, nem sobrepõe as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Ativo. Recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Ativo Realizável a Longo Prazo. Compreende bens, direitos, dívida ativa e despesas antecipadas realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais. Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas a aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), bem como as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

Caixa e Equivalentes de Caixa. Compreendem o caixa em espécie e recursos alocados em conta corrente ou em aplicações financeiras para os quais não haja restrição de uso imediato. São mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Circulante. Conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Créditos a Curto Prazo. Compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos e outros valores realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Curto Prazo. Período de até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Demais Obrigações. Compreendem as obrigações da entidade com terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos. Compreendem a variação diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação, perdas involuntárias. A incorporação de passivos compreende as incorporações de operações de crédito, provisões, restos a pagar, dentre outros. A desincorporação de ativos compreende o cancelamento de dívida ativa, encampação de dívidas passivas e baixa de bens, títulos e direitos.

Estoques. Compreendem estoques de diversos tipos, tais como material de consumo, matéria prima, produtos em acabamento, produtos acabados e outros tipos de estoques.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos. Compreendem as receitas auferidas com a exploração e a venda de bens, serviços e direitos que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso. Assim, estão incluídas as receitas patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.

Fornecedores e Contas a Pagar. Compreendem as obrigações com fornecedores de matérias primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, além das obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Imobilizado. Compreende os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível. Compreende direitos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, tais como software, marcas, direitos e patentes industriais.

Longo Prazo. Período após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Médio-Tec. constitui-se numa ação de aprimoramento da oferta de cursos técnicos concomitantes para o aluno regularmente matriculado no ensino médio regular nas redes públicas estaduais e distrital de educação, como uma proposta de fortalecimento de uma formação profissional.

Não Circulante. Conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Obrigações Fiscais. Compreendem as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar. Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Outras Variações Aumentativas. Compreendem o somatório das variações aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: outras receitas correntes; ingressos extra orçamentários; variações patrimoniais a classificar; e reversão de provisões e de ajustes de perdas.

Outras Variações Diminutivas. Compreendem o somatório das variações diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: premiações; incentivos; equalizações de preços e taxas; participações; e contribuições.

Passivo. Obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Patrimônio Social e Capital Social. Subgrupo de "Patrimônio Líquido" formado fundamentalmente, pelo patrimônio social das autarquias, fundações, fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Pessoal e Encargos Sociais. Compreendem a remuneração do pessoal ativo, civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias, fixas ou variáveis, estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreendem, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Resultado Patrimonial. Compreende o resultado patrimonial decorrente da diferença, positiva ou negativa, entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Resultados Acumulados. Subgrupo "Patrimônio Líquido" formado, fundamentalmente, pelo saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superavit ou deficit acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. As diferenças entre ativos e passivos dos balanços consolidados foram compensadas nesse grupo.

Transferências e Delegações Concedidas. Compreendem o somatório das variações diminutivas com transferências intergovernamentais e intragovernamentais a instituições multigovernamentais, as instituições privadas com ou sem fins lucrativos, a convênios e ao exterior.

Transferências e Delegações Recebidas. Compreendem o somatório das receitas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências das instituições multigovernamentais, transferências das instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior, delegações recebidas e transferências de pessoas físicas.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo. Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto aquelas com pessoal e encargos, tais como: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização e exaustão.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporações de Passivos. Compreendem a variação patrimonial aumentativa relativa à reavaliação de ativos, ao ganho com alienação de ativos, ou seja, quando o valor alienado do ativo é maior que o seu valor contábil, de maneira que a diferença compreende o ganho. Compreendem também a contrapartida da incorporação de novos ativos descobertos e a contrapartida da desincorporação de passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras. Estão incluídos os descontos financeiros obtidos, os juros auferidos, os prêmios de resgate de títulos e debêntures, as variações monetárias e cambiais positivas, a remuneração dos depósitos bancários e aplicações financeiras, e demais operações financeiras que afetam positivamente o patrimônio.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras. Estão incluídos os juros incorridos, descontos concedidos, comissões, tarifas bancárias e variações cambiais.

VPD Pagas Antecipadamente. Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão até o término do exercício seguinte.

Obs.: Este relatório foi elaborado tomando como referência os relatórios trimestrais do Balanço Geral da União (BGU), publicado pela Secretária do Tesouro Nacional.

DCON

Salvador-BA

2020